

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

INDICADORES ECONOMICO FISCAIS

SETEMBRO 2020

O Boletim de Indicadores Econômico-Fiscais de Santa Catarina é uma publicação online e mensal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), compartilhando dados quanti e qualitativos do desempenho da economia catarinense.

Governador de Santa Catarina
CARLOS MOISÉS

Vice-Governadora de Santa Catarina
DANIELA CRISTINA REINEHR

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (SDE)
ROGÉRIO SIQUEIRA

Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (SDE)
RICARDO STODIECK

Secretário Executivo do Meio Ambiente
CELSO LOPES DE ALBUQUERQUE JUNIOR

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovações
RAFAEL SOUZA MEYER

Diretoria de Clima e Biodiversidade
ANGELA CRISTINA PAVIANI

Diretor de Desenvolvimento Urbano
RAMON FERNANDES

Diretora de Empreendedorismo e Competitividade
LETÍCIA DUARTE LEMOS

Diretor de Minas e Energia
CRISTIANO ALENCAR

Diretora de Recursos Hídricos e Saneamento
LEONARDO SCHORCHT BRACONY PORTO FERREIRA

Diretor de Relações e Defesa do Consumidor
TIAGO SILVA

Gerente de Indicadores Econômicos (SDE) e Coordenador do Boletim
PAULO ZOLDAN

Projeto Gráfico
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DA SDE

Contato
contato@sde.sc.gov.br

Sumário

CONHEÇA A ECONOMIA CATARINENSE.....	4
APRESENTAÇÃO	5
RESUMO EXECUTIVO: SANTA CATARINA AVANÇA COMO UM ESTADO COMPETITIVO	6
1 QUADRO RESUMO	13
2. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL.....	14
3.RECEITA TRIBUTÁRIA	15
4. RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL.....	16
5. OUTROS INDICADORES FISCAIS	17
6. INDICADORES DA DÍVIDA E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO	18
7. NÍVEL DA ATIVIDADE DA ECONOMIA CATARINENSE.....	19
7.1 PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR	19
7.2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PRODUÇÃO E PREÇOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS.....	20
7.3. PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA.....	21
7.4. VOLUME E RECEITA NOMINAL DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	22
7.5. VOLUME DE SERVIÇOS.....	23
7.6. EMPRESAS ATIVAS, CONSTITUÍDAS E BAIXADAS EM SANTA CATARINA	24
7.7. VENDAS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, CIMENTO, VEÍCULOS E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	25
7.8. MERCADO DE TRABALHO	26
7.9. COMÉRCIO EXTERIOR.....	27
7.10. ÍNDICE DE CONFIANÇA.....	28
7.11. DESEMPENHO DOS ESTADOS	29
8. OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS - INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO	30
9. ECONOMIA INTERNACIONAL	31

NOTA EXPLICATIVA : A SDE não é a fonte primária das informações disponibilizadas neste Indicador de Conjuntura. Apenas consolida e organiza as informações econômicas a partir de dados de conhecimento público, cujas fontes primárias são instituições autônomas, públicas ou privadas.

CONHEÇA A ECONOMIA CATARINENSE

Somos estimados 7,252 milhões de habitantes que estão dispersos em uma área de 95,7 mil km². Nossa força de trabalho, no segundo trimestre de 2020, está estimada em 3,716 milhões de pessoas sendo que 93,1% delas estavam ocupadas. Dessas, 52,7% estavam empregados no setor privado (90,4% com carteira assinada, o maior percentual do País), 4,3% eram trabalhadores domésticos, 11,7% empregados no setor público, 5,6% eram empregadores e 23,7% trabalhavam por conta própria. Nessa categoria, Santa Catarina tem a terceira menor taxa do País. A taxa de subutilização da força de trabalho de 13,8% e o percentual de pessoas desalentadas de 1,4%, são as menores do País. As médias nacionais desses últimos indicadores são de 29,1% e 5,6%, respectivamente.

A taxa de desocupação está em 6,9%, a mais baixa do País, cuja média é de 13,3%. Em relação ao primeiro trimestre de 2020, a taxa subiu 1,3 ponto percentual, e na comparação com o mesmo trimestre de 2019, subiu 0,9 ponto percentual. São 257 mil pessoas desocupadas, ou 42 mil pessoas a mais em relação ao 1º trimestre. Os trabalhadores na informalidade totalizaram 893 mil pessoas, um percentual de 25,8% das pessoas ocupadas, também a menor taxa de informalidade entre os estados, cuja média é de 36,9%.

Nosso PIB cresceu 3,95% em 2017, atingindo R\$ 277,2 bilhões, o 6º maior do País, sendo que o PIB per capita de R\$ 39.592 era o 4º maior. Estimamos um crescimento da economia de 3,6% em 2018 e de 3,3% em 2019. Em 2019, nossas exportações atingiram US\$ 8,9 bilhões ou 4% do total nacional. Nossa localização estratégica e competitividade tarifária e portuária garantiram um crescimento de 9,4% das importações pelos portos catarinenses, que responderam por 9,5% do total nacional, sendo o 3º maior Estado importador do Brasil.

A receita tributária do governo estadual atingiu R\$ 29 bilhões em 2019, registrando um crescimento de 11,2% em relação ao ano anterior. Desse total, 81,8% correspondiam a arrecadação do ICMS.

Diversidade cultural e produtiva, desenvolvimento territorial e humano e um extraordinário **potencial de crescimento econômico** são características que diferenciam nosso Estado e o colocam como o 2º mais competitivo do País. Aqui se encontram os melhores indicadores sociais do Brasil.

Veja mais detalhes nos estudos e estatísticas produzidos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SDE e acompanhando o **Boletim Mensal de Indicadores Econômico-Fiscais de Santa Catarina**.

APRESENTAÇÃO

O boletim “Indicadores Econômico-Fiscais” de Santa Catarina traz dados estatísticos da economia e das receitas do Estado. O boletim reúne as mais recentes estatísticas econômicas oficiais, abrangendo informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB), emprego, balança comercial, produção agrícola e industrial, vendas e receitas do comércio, consumo de energia elétrica, consumo aparente de cimento, vendas de óleo diesel, inflação e câmbio, expectativas de agentes econômicos, receitas tributárias e dados fiscais do Governo, entre outros indicadores da economia estadual.

Os dados são atualizados mensalmente propiciando o monitoramento do nível da atividade econômica no Estado, sua comparação com o País e o delineamento das tendências de curto prazo da economia. Nesta edição, o boletim traz uma estimativa da evolução da atividade econômica do Estado nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2020, na comparação com o mesmo período anterior. Os dados são uma prévia do PIB estadual. Além da atualização desses indicadores, o boletim apresenta os dados oficiais do PIB estadual de 2017, o último divulgado pelo IBGE/SDE e uma estimativa preliminar para o ano de 2018 e 2019. Aborda ainda, no artigo de abertura, a posição do Estado de Santa Catarina no Ranking da Competitividade dos Estados, recentemente divulgado pelo Centro de Liderança Pública. O texto traz a posição e a evolução de nosso Estado em cada um dos pilares e indicadores que compõem o ranking e colocam Santa Catarina como o segundo Estado mais competitivo do País.

Traz ainda, a atualização dos principais indicadores da economia estadual, entre os quais os últimos indicadores fiscais do governo estadual, organizados e divulgados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, SDE.

Espera-se que os dados e as informações aqui apresentados tragam suporte à tomada de decisões estratégicas de agentes públicos e privados.

Site: <http://www.sde.sc.gov.br/diec/boletim-de-indicadores-economico-fiscais>

RESUMO EXECUTIVO: *SANTA CATARINA AVANÇA COMO UM ESTADO COMPETITIVO*

No dia 17 de setembro foi lançado, em São Paulo, a 9ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados pelo Centro de Liderança Pública - CLP, em parceria com a Tendências Consultoria Integrada e a Economist Intelligence Unit.

O CLP entende que é competitivo aquele que consegue utilizar os recursos disponíveis e entregar bons resultados. Assim, um estado competitivo é compreendido como aquele que está atento aos recursos disponíveis e a forma como são utilizados para surtir efeitos positivos, tanto na geração de bem-estar e serviços públicos, quanto no desenvolvimento econômico local, gerando mais empregos e renda para a população.

Torna-se, dessa forma, importante, não apenas o resultado, mas também o sucesso em relação aos outros estados. Assim, ao observar como outros governos se comportam, um efeito é gerado, motivando governos a tomar iniciativas de desenvolver políticas com cada vez mais impacto.

O Ranking, tem, portanto, por objetivo alcançar um entendimento mais profundo e abrangente dos Estados brasileiros, permitindo aos gestores públicos atuar na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados. Pode representar também uma ferramenta útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os

Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Foram, então, selecionados 76 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos, todos considerados como fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. Cada pilar tem um peso específico no ranking geral e cada indicador um peso específico dentro de cada pilar. Cada um desses indicadores, além da classificação no ranking, recebe também uma nota (de 0 a 100, sendo 100 a nota máxima e que se refere ao Estado mais bem colocado).

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de fontes, os anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. A grande maioria, nessa edição, refere-se ao ano de 2019, mas em alguns poucos casos referem-se a 2018, 2017 ou 2016.

Assim como na edição de 2019, São Paulo segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Da mesma forma, Santa Catarina permaneceu na segunda posição pelo quarto ano consecutivo. Distrito Federal na terceira e Paraná, na quarta. O Rio Grande do Sul caiu uma posição e ficou em 8º lugar.

Vice-líder pelo quarto ano consecutivo, Santa Catarina se destaca na segurança pública (1ª posição), na Sustentabilidade Social (1ª) e nessa edição o destaque maior foi o avanço na Eficiência da Máquina Pública, onde ganhou 6 posições, tornando-se o primeiro do País nesta avaliação. Mas o Estado também avançou em outros aspectos da competitividade. Nessa edição ganhou posições nos pilares de Infraestrutura (passou de 3º para 2º); na Educação (passou de 3ª para 2º); no Capital humano (passou de 7º para 5º); na Sustentabilidade Fiscal (passou de 16º para 10º); na Sustentabilidade Ambiental (passou de 10º para 8º) e no pilar Tamanho de Mercado (passou de 8º para 5º). Na Inovação, Santa Catarina permaneceu em 3ª.

Quando considerado os indicadores que compõem os 10 pilares do ranking, observa-se também o grande avanço na competitividade da economia catarinense, ainda mais, sabendo-se que o Estado já vinha com as melhores notas e posições relativas. Dos 76 indicadores avaliados, o Estado teve a melhor nota em 11 deles. Em 34 indicadores houve melhora, seja na comparação com os demais estados ou na nota atribuída ao indicador. Em outros 22, a posição do Estado permaneceu a mesma no ranking ou teve igual nota da edição anterior. Houve piora em 14 deles e 6 outros indicadores foram introduzidos pela primeira vez na avaliação.

Assim, através da observação de cada um dos indicadores que compõem o ranking é possível compreender os pontos fortes e fracos de cada estado, assim como a dinâmica e a evolução de cada um. As comparações são sempre em relação aos demais estados brasileiros e o Distrito Federal.

No que se refere a **INFRAESTRUTURA**, por exemplo, considerou-se que sua crônica deficiência é um dos principais desafios para a melhoria da competitividade, juntamente com a deficiência na educação. Buscou-se,

aqui, compilar indicadores de segmentos como rodovias, energia e telecomunicações, sendo que pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade das Rodovias, Qualidade da Energia Elétrica e Custo da Energia Elétrica, considerados os mais críticos. Já o indicador de Acesso à Energia Elétrica recebeu menor peso, tendo em vista que a cobertura deste serviço já é bastante elevada em praticamente todas as Unidades Federativas (UFs).

Por conta de sua importância decisiva para a competitividade, a infraestrutura tem o segundo maior peso entre os 10 pilares (12,7% do cômputo geral). São 10 os indicadores avaliados. Santa Catarina, que era o terceiro melhor colocado no ranking do ano passado, subiu para a segunda colocação, por conta da melhora nos indicadores de Acessibilidade e Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (4º), Acesso à Energia Elétrica, (4º) Backhaul de Fibra Ótica (1º), Custo da Energia Elétrica (3º) e Custo do Saneamento Básico (16º). Houve, no entanto, estabilidade ou piora em outros como foi o caso do Custo de Combustíveis (3º), Qualidade da Energia Elétrica (16º), Qualidade das Rodovias (15º) e Disponibilidade de Voos Diretos (9º).

De forma geral, o pilar **INOVAÇÃO** envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores. A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações é considerado aqui como aquele que combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é à toa que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa, e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

Santa Catarina ocupa a 3ª posição no ranking desse pilar, a mesma dos últimos cinco anos e é apenas superada por São Paulo e Rio Grande do Sul. Os Empreendimentos Inovadores, no qual Santa Catarina se destaca em primeiro lugar, é um indicador que mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital. No indicador Investimentos em P&D, o Estado avançou tanto no ranking como na nota atribuída (10º). Em depósito de Patentes, Santa Catarina manteve a segunda posição e teve avanço na nota. A pior classificação nesse pilar está na Pesquisa Científica (21º).

Reconhecidamente, o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País. Embora o pilar **CAPITAL HUMANO** não esteja entre os de maior peso (8,2%), isso se justifica em função da sua complementariedade com a educação.

Aqui foram considerados indicadores de qualificação dos trabalhadores (medido pelo número de anos de escolaridade e pela proporção de trabalhadores com ensino superior) e a relação com a produtividade (dada pela razão entre o PIB e a população ocupada).

Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada estado, é também um indicador relevante para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas. De todo modo, ressalta-se que os indicadores de qualificação e produtividade possuem de modo combinado um peso significativamente maior dentro do pilar do que o indicador de custo de mão de obra.

Santa Catarina está na quinta colocação no computo geral desse indicador, avançando duas posições em relação a 2019. O Estado já ocupou posição melhor em 2017, registrando avanços e retrocessos nesse período quando observamos os indicadores que o compõem. Entre 2019 e 2020, no entanto, houve uma melhora relativa em três dos quatro indicadores que compõem o Pilar, sendo que um deles manteve-se estável no ranking, mas com avanço na nota. Vale destacar que o Custo da Mão de Obra no Estado é uma das mais altas do País (22º posto), sendo que a Qualificação dos Trabalhadores ocupa a 5ª melhor posição do País e a produtividade do trabalho a 4ª maior, sendo que ambas registram avanços ou na posição relativa ou na nota.

As deficiências na **EDUCAÇÃO** do País estão entre os maiores desafios para a melhoria da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social. Em razão da sua importância econômica e social, e considerando as grandes carências existentes nos

Estados, o pilar educação possui um dos maiores pesos do ranking (11,3% do total), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais ocupam as primeiras posições no ranking. Este pilar é composto por 10 indicadores. Embora Santa Catarina tenha avançado para o segundo Estado melhor classificado nesse Pilar, observa-se oscilação tanto de melhora como de piora nos indicadores que o compõem. Os únicos indicadores que avançaram entre 2019 e 2020 foram: Avaliação da Educação (SC avançou do 19º para o 12º posto) e nos dois que avaliam a Taxa de Atendimento do Ensino Infantil (passou do 2º para o 1º posto). Ficaram relativamente estáveis os indicadores ENEM (4º), IDEB (2º) e o Índice de Oportunidade da Educação (6º). Houve piora relativa nos indicadores Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio (6º) e na Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (4º).

A discussão expressa no pilar da **EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA** está entre as motivações centrais da construção do Ranking, uma vez que motiva a criação de mecanismos de incentivos para a construção de um bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública são considerados não apenas como centrais na competitividade dos estados, mas instrumentos fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública

diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 7,9% no ranking final, foram agregados indicadores de oferta de serviços públicos digitais, produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário e na Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. Santa Catarina avançou da sétima colocação no câmputo geral, para o 1º lugar entre os estados brasileiros. O pilar avalia 8 indicadores.

Santa Catarina é líder nacional na oferta de serviços digitais (1º), pela primeira vez no ranking. É o 4º no Índice de Transparência e avançou uma posição no custo do executivo/PIB situando-se agora em 9º. Na qualidade da informação contábil e fiscal, SC é o 10º, também pela primeira vez no ranking. O Estado é também o 5º no custo do Judiciário/Pib, mantendo a posição do ano anterior e avançou uma posição no custo do Legislativo/Pib, ficando também na 5ª posição. No indicador Eficiência do Judiciário houve expressivo avanço, de 25º para 18º posto. A produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário foi avaliado pela primeira vez e colocou o Estado na 20º.

SEGURANÇA PÚBLICA é o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais ao longo de toda história se mostraram essenciais para um ordenamento virtuoso para o desenvolvimento. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da

lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é condição fundamental para o bem-estar social e a competitividade dos Estados. Por esta razão a segurança pública recebeu o maior peso (13,4%) no Ranking.

Santa Catarina é o Estado mais bem colocado neste pilar, mantendo a posição na edição anterior. O pilar é composto por 9 indicadores sendo que o Estado se destaca com o menor déficit carcerário do País e em 2º em Segurança Pessoal. Teve avanços no indicador Morbidade no Trânsito (passa de 17º para 13º) e Mortes a Esclarecer (passa de 11º para 9º). No entanto, houve recuos em Mortalidade no Trânsito (passa de 17º para 18º) e na Segurança Patrimonial (passa de 1º para 14º).

A **SOLIDEZ FISCAL** de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em déficits, resultando no aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais.

O pilar passou a contemplar nove indicadores nessa edição. Santa Catarina avançou 6 posições em 2020 passando para 10ª no ranking. Houve avanços no indicador Gasto com Pessoal (passa de 15º para 12º), no Índice de Liquidez (passa de 8º para 5º) e na Poupança Corrente (passa de 18º para 12º). O indicador Solvência Fiscal manteve a mesma posição no ranking (23º), mas houve avanço na nota atribuída. Manteve-se estável na classificação geral a Autonomia Fiscal (7º) e o Resultado Primário (16º).

Houve piora na Capacidade de Investimento (passa de 13º para 14º) e no Sucesso da Execução Orçamentária (passa de 15º para 16º).

O padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento. São cinco os indicadores utilizados para avaliar a **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**, sendo que Santa Catarina ocupa a 8ª colocação nesse pilar, avançando 2 posições em relação a 2019.

O Estado vem oscilando, nesses últimos anos, entre o 8º e 11º posto nesse pilar. Portanto, houve avanços e retrocessos nesse período quando observamos os indicadores que o compõem. Entre 2019 e 2020, no entanto, houve avanço em três indicadores: Destinação do Lixo (passa de 5º para 2º), Emissões de CO2 (passa de 12º para 8º) e Perda de Água (passa de 9º para 7º). No indicador Tratamento de Esgoto manteve-se estável em 19º, com ligeira queda na nota. Houve piora no indicador Serviços Urbanos (passa de 11º para 22º).

O pilar da SUSTENTABILIDADE SOCIAL foi construído a partir de uma visão multidimensional. É uma ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. É um dos três pilares com maior peso no cômputo geral do ranking (12,2%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública. A conexão do pilar com a competitividade está no pressuposto de que um Estado competitivo é aquele capaz de maximizar o

bem-estar social de seus habitantes. É composto por 13 indicadores de saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias.

Santa Catarina é o Estado onde estão os melhores indicadores Sociais do País. Tem a menor desigualdade de renda do País, a maior taxa de formalização do mercado de trabalho, a maior inserção econômica, inclusive de jovens, e a menor mortalidade infantil. O Estado ainda é o segundo colocado no número de famílias abaixo da linha de pobreza (perdeu o primeiro posto dos anos anteriores) e em mortalidade materna (passou de 4º para 2º). Tem o 3º maior IDH do País.

Houve ainda avanços no indicador Anos de Vida Perdidos (passou de 6º para 4º). No Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto – houve piora relativa (passou de 8º para 10º), mas a nota avançou, significando que outras Unidades da Federação avançaram mais.

No pilar TAMANHO DO MERCADO foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e o crescimento potencial da força de trabalho. Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de localização de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores Unidades da Federação. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo. Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de ‘dispersão’,

evitando assim que os maiores Estados do País em termos de PIB — SP possui mais de três vezes o tamanho do segundo maior Estado (RJ) — adquiram uma vantagem excessiva no Ranking como um todo, por conta de um único indicador. Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,6%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral.

Nesse indicador o Estado também teve avanços, passando de 8º para o 5º posto. O principal indicador que influenciou esse avanço foi a taxa de crescimento da economia que posicionou Santa Catarina em 3º lugar, ante a 6º posição no ano anterior.

PILAR/Indicador	2020	2019
INFRAESTRUTURA	2º	3º
INOVAÇÃO	3º	3º
CAPITAL HUMANO	5º	7º
EDUCAÇÃO	2º	3º
EFICIÊNCIA DA MÁQUINA	1º	7º
SEGURANÇA PÚBLICA	1º	1º
SUSTENTABILIDADE FISCAL	10º	16º
SUSTENTABILIDADE	8º	10º
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	1º	1º
TAMANHO DO MERCADO	5º	8º

Como pode-se observar, o Ranking de Competitividade permite uma análise profunda e abrangente dos Estados Brasileiros, sendo uma excelente ferramenta de controle e acompanhamento da gestão pública. Permite identificar de forma simples, as áreas que precisam de melhorias

e na definição de prioridades na atuação dos governos estaduais, estimulando inclusive a elevação do padrão de competitividade dos estados.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais, sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo aos agentes públicos, assim como um mecanismo de prestação de contas e de promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.

Apesar de ter avançado 5 posições desde a primeira edição do Ranking, em 2011, e se consolidar como uma liderança competitiva, tanto o governo estadual como a sociedade em geral, se deparam com muitos desafios a serem enfrentados. O padrão de competitividade vem se mostrando cada vez mais dinâmico, não somente entre os estados brasileiros, mas especialmente no cenário internacional, ainda mais, considerando-se que nos deparamos com a perspectiva de uma maior abertura econômica para os próximos anos.

Informações mais detalhadas sobre os indicadores da competitividade do Estado de Santa Catarina, com as notas atribuídas a cada um deles e a posição no ranking dos Estados entre 2016 e 2020 podem ser encontradas na página da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (www.sde.sc.gov.br/indicadoresdecompetitividadesc).

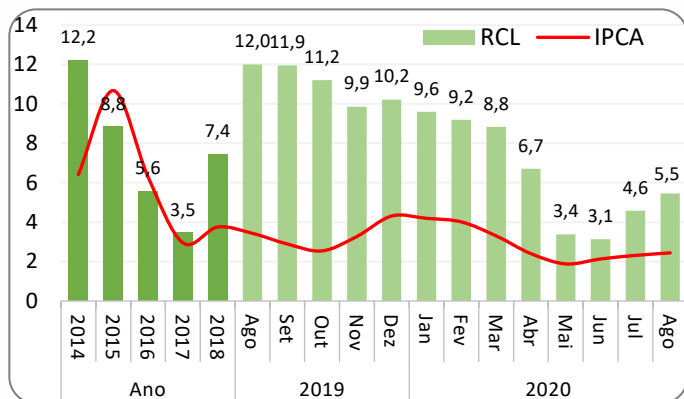
Economista Paulo Zoldan

1 QUADRO RESUMO

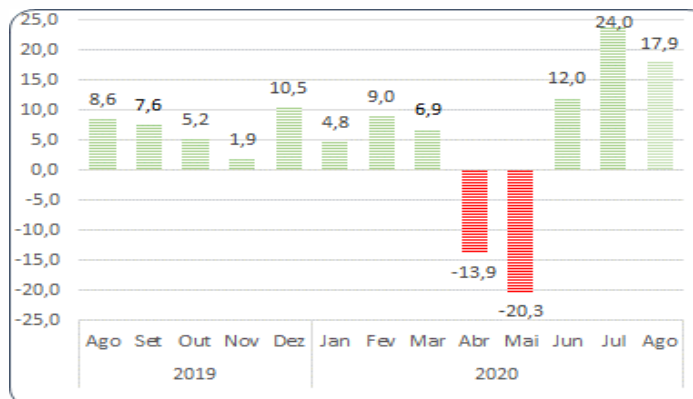
INDICADORES	Mês de Referência 2020	Variação(%) acumulada em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)				Mês/Mês Anterior (%)	Variação em relação ao mesmo período do ano anterior (%)		
							Mês	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Receita Corrente Líquida - RCL	Agosto				5,4	0,9	17,9	4,9	5,4
Receita Tributária - RT	Agosto				0,6	1,7	4,4	-1,9	0,6
ICMS	Agosto				-0,6	3,1	2,4	-3,5	-0,6
Receita Líquida Disponível - RLD	Agosto				1,0	2,2	3,2	-2,3	1,0
PIB 2020 - Estimativa SDE (12 meses até junho)	Junho				-1,3				-1,3
Empregos com Carteira Assinada	Agosto					0,9		-1,1	
Produção Industrial - Indústria de Transformação	Julho				-7,9	10,1	-4,9	-13,4	-7,9
Exportações	Agosto				-11,9	0,3	-3,3	-10,4	-11,9
Importações	Agosto				-6,1	8,9	-22,5	-15,0	-6,1
Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado	Julho				4,3	3,5	7,4	-1,1	4,3
Receita das Vendas do Comércio Varejista Ampliado	Julho				6,4	4,7	10,7	1,2	6,4
Volume de Serviços	Julho				-5,5	3,1	-7,4	-8,4	-5,5
Venda de Veículos Novos	Agosto					-0,4	-28,9	-28,3	-15,5
Consumo Aparente de Cimento	Janeiro				8,8	19,5	7,0	7,0	8,8
Vendas de Óleo Diesel	Agosto				0,2	0,9	-4,0	-2,7	0,2
Consumo de Energia Elétrica	Junho				-1,2	-3,7	-9,1	-4,9	-1,2
Inflação (IPCA/Brasil)	Agosto				2,4	0,2		0,7	2,4
Câmbio (Real x Dólar Americano)	Setembro				37,2	3,2	35,7	36,0	37,2

2. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (1)

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
BASE:12 MESES ANTERIORES



VARIÇÃO MENSAL (%)
BASE:MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



CRESCIMENTO DA RCL POR TIPO DE RECEITA (%)

VAR. ACUMULADA 12 MESES

Base: igual período anterior

VAR. MENSAL

Base: mesmo mês do ano anterior

	Variação acumulada em 12 meses - (Base: igual período anterior)	Var.mensal (Base: mesmo mês do ano anterior)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	5,5	17,9
RECEITAS CORRENTES 1 (I)	3,8	13,4
Receita Tributária (RT)	0,6	4,4
ICMS	-0,6	2,4
IPVA	8,1	21,0
ITCMD	8,5	17,1
IRRF	5,1	4,8
Outras Receitas Tributárias	5,3	10,3
Transferências Correntes	28,8	102,2
Outras Receitas Correntes	-11,2	-40,5
DEDUÇÕES (II)	0,4	4,1

Fonte: SEF-SC/DCOG - Sigef

A RCL de agosto totalizou R\$ 2,476 bilhões, R\$ 21,4 milhões a mais que o arrecadado no mês de julho. Foi o terceiro mês consecutivo de crescimento, sendo que o valor é 17,9% maior que o de agosto de 2019.

O montante arrecadado em agosto é resultado de uma receita corrente de R\$ 3.527,6 bilhões da qual foi deduzido R\$ 1.051,6 milhões.

O forte crescimento das transferências correntes entre junho e agosto contribuíram, em grande medida, por compensar a queda das demais receitas que compõem a RCL.

Nos últimos 12 meses encerrados em agosto, a RCL cresceu 5,5% na comparação com o mesmo período anterior. O crescimento ficou acima do da mesma comparação no mês anterior e manteve a recuperação iniciada em junho. A desaceleração já vinha ocorrendo e se acentuou com a eclosão da pandemia a partir de abril.

Entre as causas dessa desaceleração no período pré pandemia está a base alta de comparação e a inflação que se acomodou em patamares mais baixos.

CRESCIMENTO ACIMA DA INFLAÇÃO

Na comparação de 12 meses, a taxa de crescimento da RCL variou acima da taxa de inflação durante todo o ano passado e também em 2020. Essa diferença está em 3,1 pontos percentuais.

(1) A RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional e a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no parágrafo 9o do Art. 201 da Constituição.

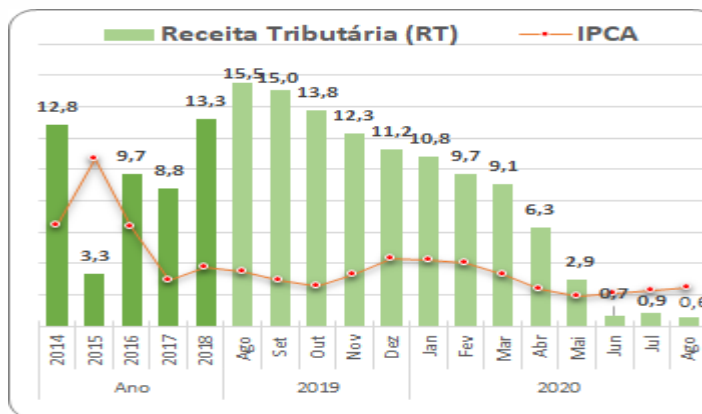
3.RECEITA TRIBUTÁRIA (RT)

RECEITA TRIBUTÁRIA (1)

DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

Receita Tributária, 2020 (em R\$ milhões)		
	Agosto	acum. 12 meses
Receita Tributária	2.529,53	28.648,91
ICMS	2.025,09	23.197,44
IPVA	206,20	2.067,62
ITCMD	30,93	343,71
IRRF	134,86	1.711,45
Outras	132,46	1.328,70

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%) BASE: MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



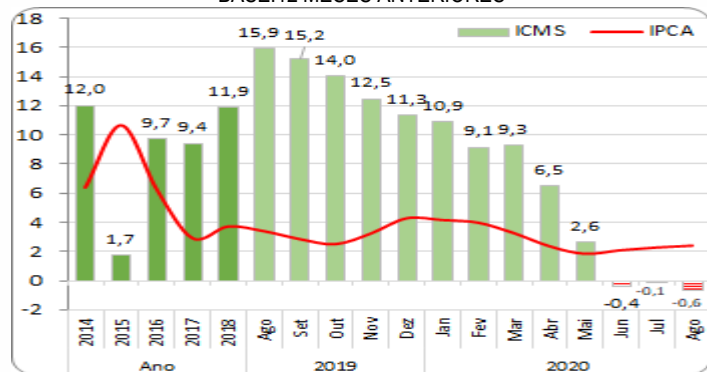
O crescimento da receita tributária desacelerou ao longo de todo o segundo semestre do ano passado e continuou nessa mesma tendência em 2020, sendo que a partir de março a queda passou a ser mais acentuada, como resposta ao impacto da pandemia sob a atividade econômica. A partir de junho, a receita volta a se recuperar.

A Receita Tributária encolheu em R\$ 371,1 milhões nesse ano até agosto, quando comparado com o mesmo período de 2019. A principal causa está relacionada a retração econômica ocasionada pela pandemia.

O valor atingiu R\$ 2.529,5 bilhões em agosto. Desse total 80 % correspondeu a arrecadação com o ICMS. O IPVA representou 8,2%, o ITCMD, 1,2%, o IRRF, 5,3% e as outras receitas tributárias, 5,2%.

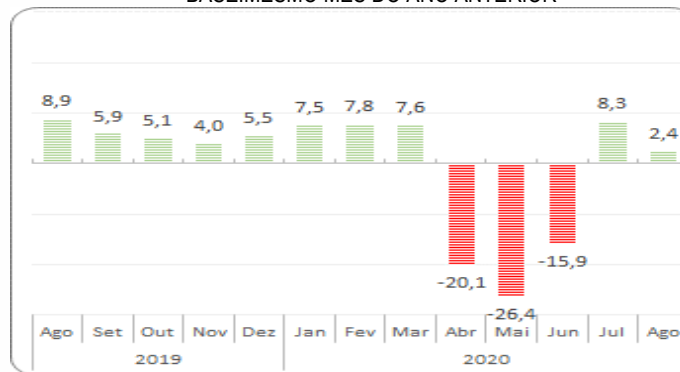
ICMS

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%) BASE: 12 MESES ANTERIORES



ICMS

TAXA DE CRESCIMENTO DO MÊS (%) BASE: MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



ICMS

Depois de quatro meses retraindo, a arrecadação de ICMS cresceu 13,2% em junho, 22,7% em julho e 3,1% em agosto, quando comparados com os respectivos meses anteriores. Ainda assim o valor arrecadado acumula uma queda de 3,5% no ano. No acumulado de 12 meses a receita está retraindo 0,6%.

Fonte: SEF-SC/DCOG – Sigef

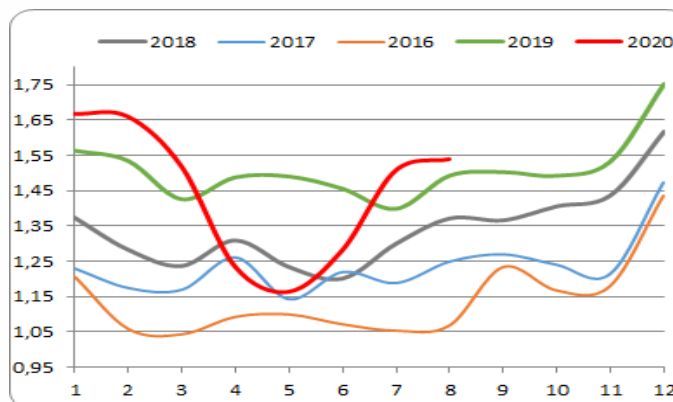
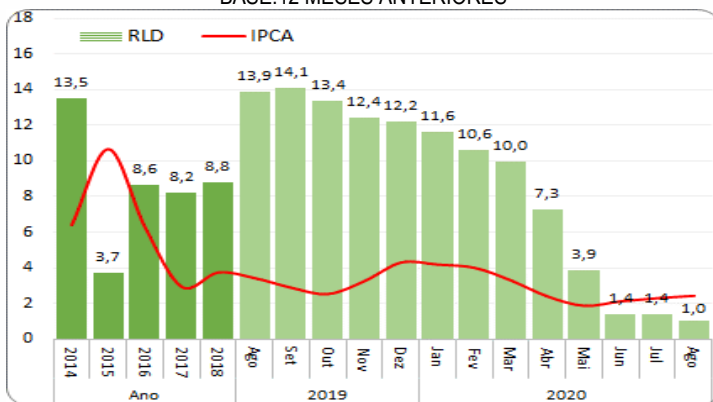
(1) A receita tributária é formada por impostos estaduais (ICMS, IRRF, IPVA, ITCMD), taxas e contribuições de melhorias.

4. RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL (RLD)

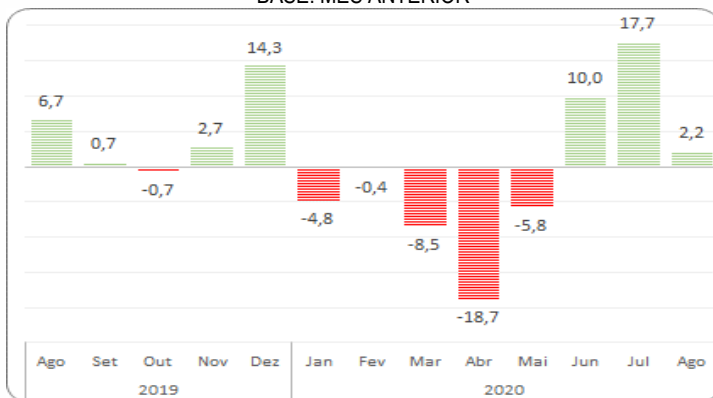
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL - RLD (1)

ARRECAÇÃO MENSAL (R\$ BILHÕES)

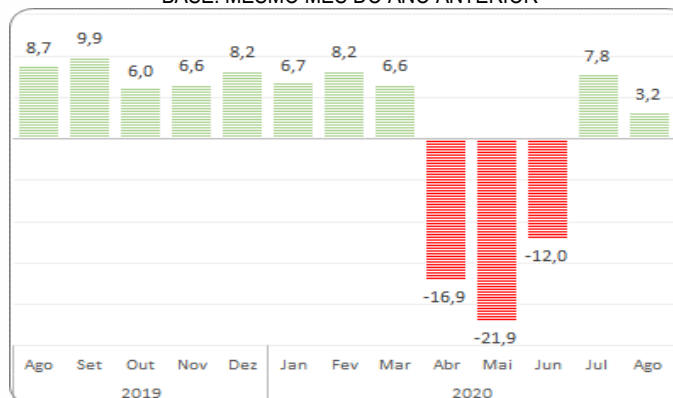
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
BASE: 12 MESES ANTERIORES



VARIÇÃO MENSAL (%)
BASE: MÊS ANTERIOR



VARIÇÃO MENSAL (%)
BASE: MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



Fonte: SEF-SC/DCOG – Sigef

(1) A RLD é a diferença entre as receitas correntes deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades, de receitas patrimoniais, indenizações e restituições do Tesouro do Estado, de transferências voluntárias ou doações recebidas, da compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores, da cota-parte do Salário-Educação, da cota-parte da CIDE, da cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

RLD CRESCE ABAIXO DA INFLAÇÃO

A RLD cresceu 2,2% na passagem de julho para agosto. Foi a terceira variação positiva e consecutiva nessa comparação. O valor atingiu 1.539,7 bilhão e é 3,2% maior que o do mesmo mês de 2019.

No ano a retração diminuiu para 2,3% e na perspectiva de 12 meses manteve-se com um crescimento de 1%. Essa receita que vinha desacelerando desde o último trimestre de 2019, teve essa tendência intensificada com o impacto da pandemia sob a atividade econômica.

A RLD acumulada em 12 meses passou a crescer abaixo da inflação a partir de junho passado.

Quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, a RLD teve crescimento em todos os meses do ano passado e também no primeiro trimestre de 2020. Já no segundo trimestre todos os meses tiveram forte queda nessa comparação. Em julho voltou a crescer nessa comparação.

RECEITAS X DESPESAS

A diferença entre a Receita Orçamentária Arrecadada e a Despesa Orçamentária Liquidada mostra déficits em 6 meses de 2018. Em 2019, apenas três foram deficitários. Entre 2018 e 2019, essa relação passou de um déficit de R\$ 671 milhões para um superávit de R\$ 941 milhões. Em 2020, no primeiro quadrimestre, apesar do aumento das despesas em abril, o superávit foi R\$ 984,6 milhões.

RCL X DESPESAS

A evolução da Receita Corrente Líquida do Governo Estadual e das Despesas Orçamentárias Liquidadas, no período de 2014 até abril de 2020, demonstra um crescimento das despesas acima da evolução dessa receita.

DESPESAS COM PESSOAL

A LRF estabelece o limite máximo de 49% da RCL para gastos com pessoal no Poder Executivo. Em SC a variável vinha evoluindo próximo a esse limite desde 2017, apresentando ligeira queda em 2018 e uma queda mais acentuada ao longo de 2019. Essas despesas estão agora abaixo do limite prudencial (46,55%), situação que não ocorria desde o início de 2014.

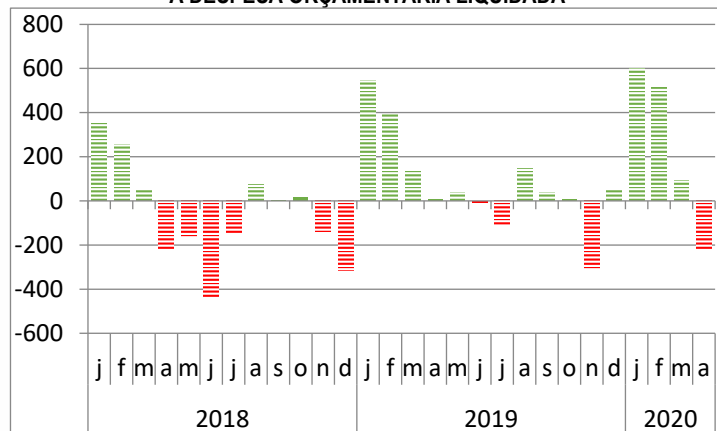
INVESTIMENTOS

A capacidade de investimentos dos Estados está cada vez mais limitada. Na proporção da RCL o Estado de SC ficou, em 2018, na 12ª colocação, com 5,75% da RCL em investimentos (R\$ 1,3 bilhões). Em 2019 foram investidos R\$ 916,1 milhões, ou 3,7% da RCL acumulada do ano. Até o terceiro bimestre de 2020, os investimentos representaram 3,2% da RCL arrecadada no período.

5. OUTROS INDICADORES FISCAIS

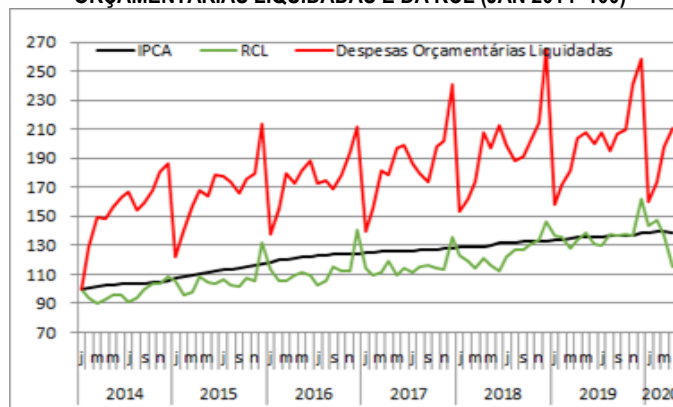
EVOLUÇÃO MENSAL (EM R\$ MILHÕES)

SUPERÁVIT/DÉFICIT ENTRE A RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA E A DESPESA ORÇAMENTÁRIA LIQUIDADADA

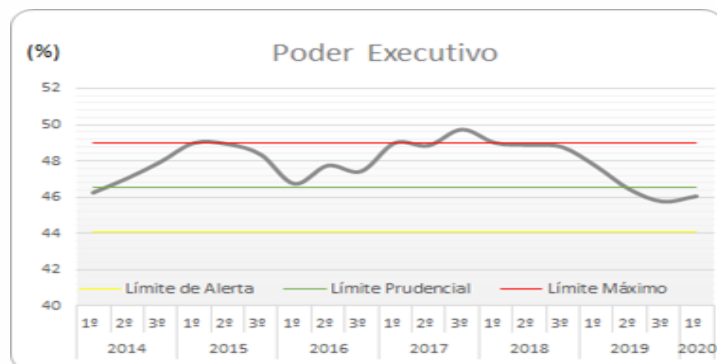


EVOLUÇÃO MENSAL DAS DESPESAS E DO ICMS

SÉRIE ENCADEADA DO VALOR CORRENTE DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS LIQUIDADAS E DA RCL (JAN 2014=100)

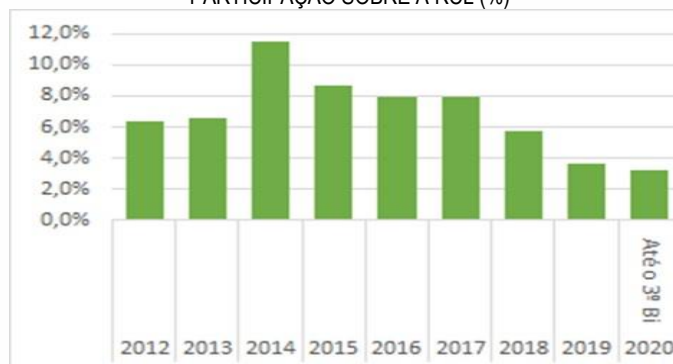


EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DESPESA COM PESSOAL/RCL



ESTADO DE SANTA CATARINA: EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

PARTICIPAÇÃO SOBRE A RCL (%)



Fontes: SEF-DIOR; SEF/DCOG; SEF-DCOG ; SEF/DCOG-DICD

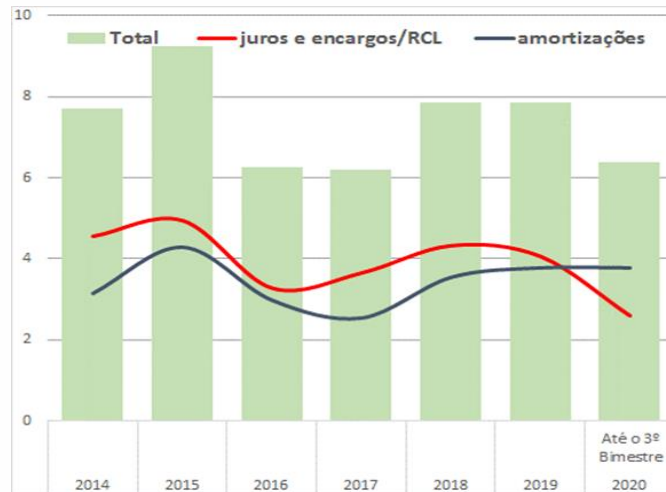
6. INDICADORES DA DÍVIDA E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



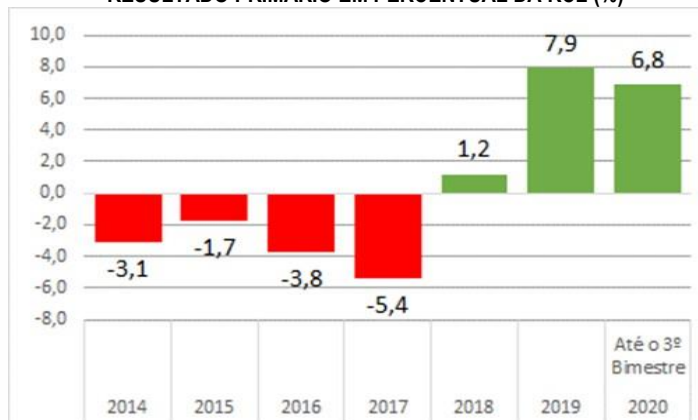
Fonte: SEF-DICD

SERVIÇO DA DÍVIDA EM % DA RCL



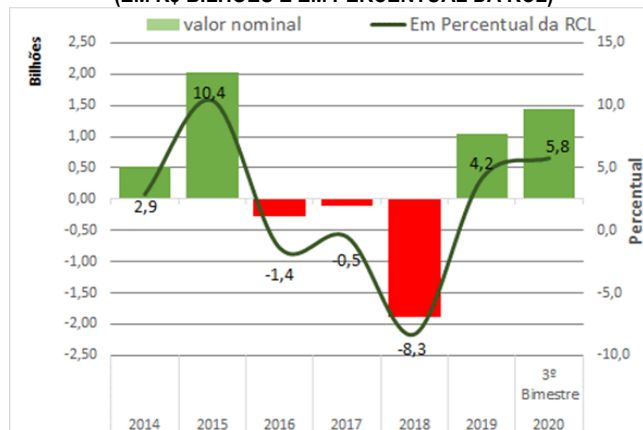
Fonte: SEF-DICD

RESULTADO PRIMÁRIO EM PERCENTUAL DA RCL (%)



Fonte: SEF-SC/DCOG-DICD

RESULTADO NOMINAL (EM R\$ BILHÕES E EM PERCENTUAL DA RCL)



RECEITA X DÍVIDA

Para verificar o limite máximo de endividamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal observa a relação DCL/RCL. O limite é de 200% da RCL. Mudanças metodológicas reposicionaram essa relação que em SC ficou em 94,5% da RCL em 2018. Em 2019 essa relação caiu para 80,3% e em 2020, até o terceiro bimestre estava em 79,7%.

SERVIÇO DA DÍVIDA

O gráfico apresenta a evolução do serviço da dívida estadual (juros e encargos + amortizações) em proporção da Receita Corrente Líquida. Em 2018, Santa Catarina foi o 7º Estado que mais comprometeu sua receita com o serviço da dívida. Em 2019, 7,8% da RCL do Estado foi alocada no serviço da dívida. Até o terceiro bimestre de 2020, essa proporção caiu para 6,4%.

RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Em 2019, SC teve um superávit primário de R\$ 1,989 bilhões ou 7,9% da RCL. Em 2020, até o terceiro bimestre, o superávit foi R\$ 1,711 bilhões ou 6,8% da RCL, acima, portanto, da meta fiscal da LDO para o exercício de referência de R\$ 1,675 bilhões.

RESULTADO NOMINAL

É a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros). Entre 2016 e 2018, Santa Catarina teve resultado deficitário. Em 2019, o resultado alcançado foi um superávit de 4,2% da RCL, equivalente a R\$ 1,043 bilhões. Em 2020, até o terceiro bimestre, o superávit subiu para R\$ 1,446 bilhões, ou 5,8% da RCL.

**ECONOMIA RETRAI MAS TEM
DESEMPENHO ACIMA DA MÉDIA**

Sob impacto da pandemia, a atividade econômica em SC intensificou uma tendência de desaceleração que já vinha ocorrendo desde o segundo semestre de 2019.

A estimativa do Pib catarinense, passou de um crescimento de 3,3% no ano de 2019, para um crescimento de 2,6% nos quatro trimestres encerrados em março e agora apresenta uma retração de 1,3%, nos quatro trimestres encerrados em junho, em relação aos respectivos períodos anteriores. Esse último, já refletindo, o impacto dos meses mais críticos da pandemia no que respeita a atividade produtiva.

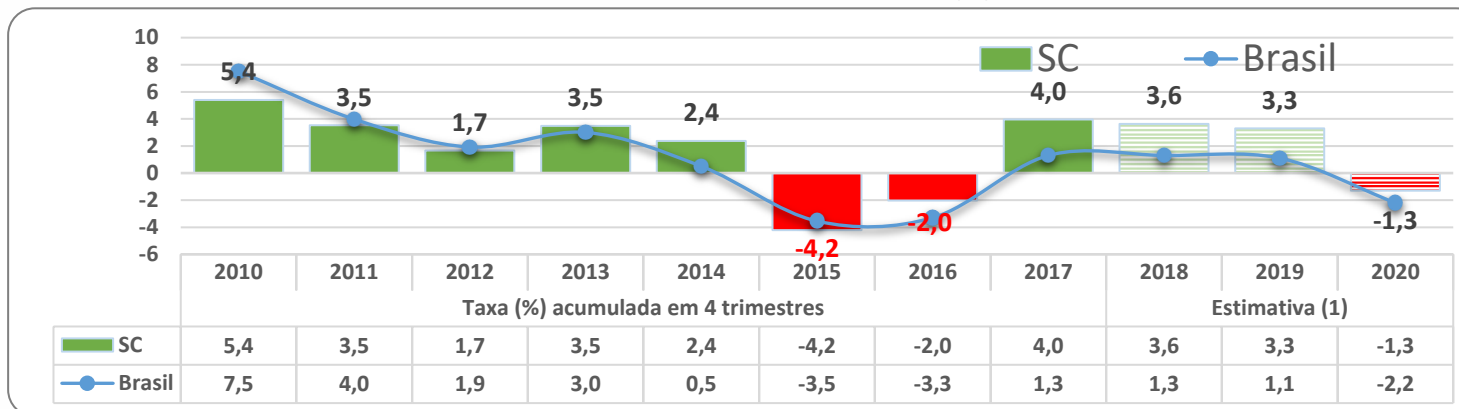
O Pib brasileiro retraiu 2,2% nos quatro trimestres terminados em junho, bem mais, portanto, que a retração da economia estadual.

A desaceleração no Estado se intensificou, embora a economia continue com um desempenho econômico melhor que o da média do País.

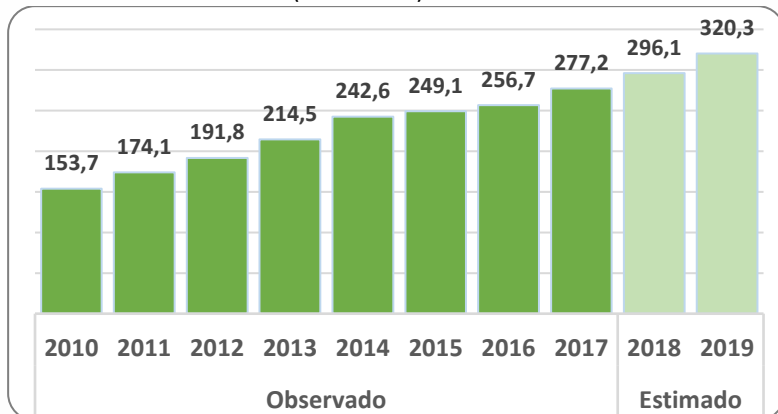
Assim, nesses últimos 12 meses encerrados em junho, a agropecuária catarinense cresceu 3,2%, sendo que a pecuária cresceu 6,8% e a agricultura, 0,4%. A indústria total retraiu 6,8%, sendo que a indústria de transformação, retraiu 7,5%. O segmento dos serviços, de maior peso no Pib, cresceu 0,4%

7. NÍVEL DA ATIVIDADE DA ECONOMIA CATARINENSE

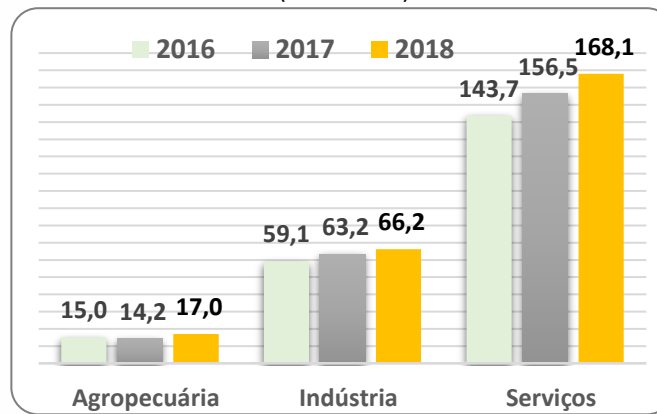
**7.1 PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR
TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)**



PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ BILHÕES) ANO BASE 2010



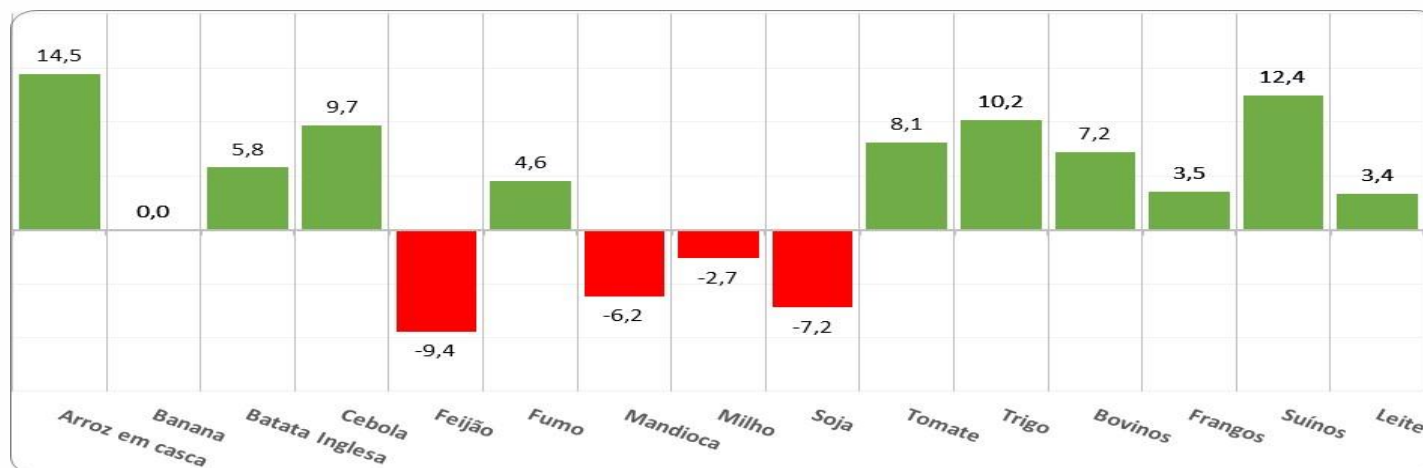
VALOR ADICIONADO POR SETOR (R\$ BILHÕES)



1) Fonte: IBGE e SDE/SC: Contas Regionais (2010-2017) e Contas Nacionais (2010-2017). IBGE/PIB Trimestral Nacional 2018 a 2019 e 2020 (12 meses até março sob o mesmo período anterior) SDE/SC/Diec: PIB Estadual 2018 a 2019 (estimativa do índice da atividade econômica de Santa Catarina). Para 2020 o índice se refere ao acumulado de quatro trimestres terminados em junho sob o mesmo período anterior).

7.2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PRODUÇÃO E PREÇOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2020/2019 (%)



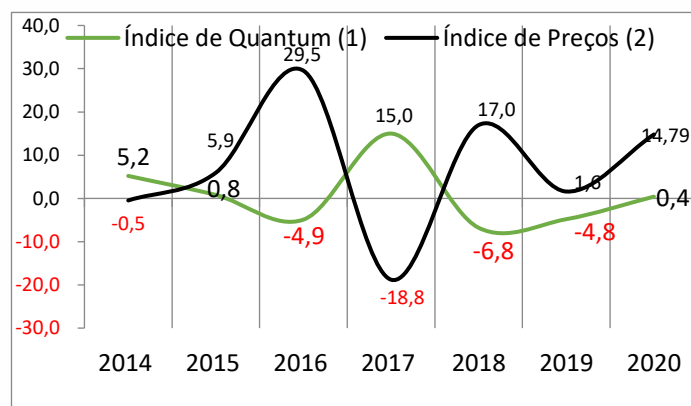
Após dois anos encolhendo, a volume global da produção agrícola teve discreto crescimento no Estado. O verão quente e seco, período de desenvolvimento das principais culturas acabou reduzindo a produtividade de algumas das principais culturas. Entre elas, destacou-se a queda na produção de soja, milho e feijão.

A produção pecuária cresceu bem mais. O mercado foi impactado pelo aumento da demanda chinesa em função dos problemas sanitários da produção animal naquele País.

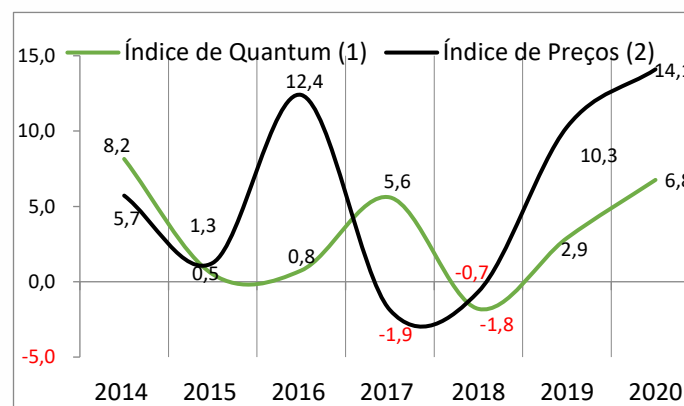
QUANTUM E PREÇOS

Entre 2019 e 2020, o Índice de quantum agrícola estadual cresceu 0,4%. Já o quantum da pecuária cresceu 6,8%, na comparação dos respectivos primeiros semestres de cada ano.

AGRICULTURA



PECUÁRIA



A generalizada e expressiva alta nos preços dos grãos e oleaginosas foram responsáveis pela alta do índice de preços da agricultura, de 14,8%. A comparação é com o mesmo semestre de 2019. Na pecuária, houve também forte elevação dos preços, especialmente da carne bovina e suína. O índice de preços da pecuária cresceu 14,1%.

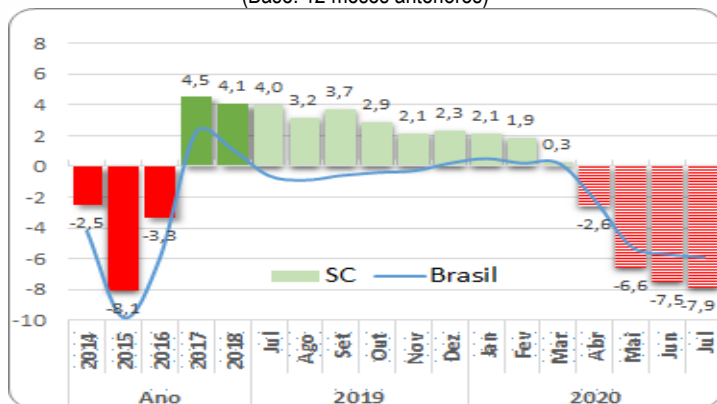
A elevação dos preços da carne bovina no mercado interno brasileiro deve-se a queda na oferta interna, ao aumento das exportações e a um câmbio favorável. Da mesma forma o mercado de carnes suínas vem sendo impactado pelo aumento das exportações e pelo efeito substituição.

Fonte: EPAGRI/Cepa (Acompanhamento de Safras e preços médios mensais recebidos pelos agricultores de SC); IBGE/PAM e LSPA de julho de 2020 e Pesquisa Trimestral do Leite (2020/2019) ; MAPA/SIPAS e DFA (a produção da pecuária se refere a variação de 12 meses até junho 2020 em relação ao mesmo período anterior) e o índice de preços foi calculado sob as médias de preços do primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019).

7.3. PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA

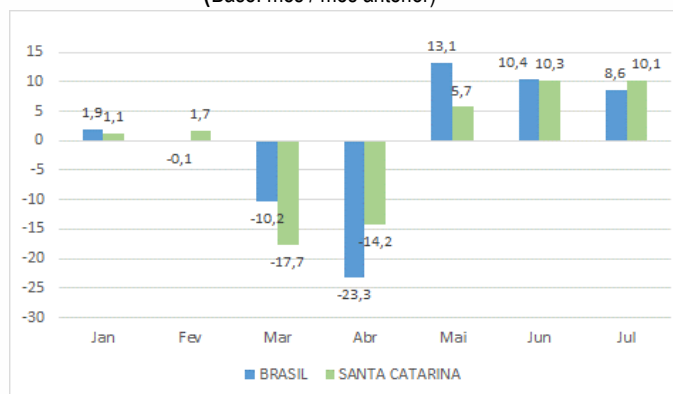
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: IBGE/PIM

VARIÇÃO (%)
(Base: mês / mês anterior)



A produção física da indústria de transformação catarinense cresceu 10,1% na comparação com junho. Foi o terceiro mês consecutivo de crescimento depois dos dois meses de forte retração provocada pela pandemia. A indústria nacional cresceu 8,6% em julho.

Com os resultados de julho, a indústria estadual acumula retração de 13,4%, enquanto a nacional retraiu 10,6%, no mesmo período.

No Estado, o único segmento que cresceu no ano foi o da Fabricação de Produtos Alimentícios. As maiores quedas foram na Fabricação de Veículos automotores, Reboques e Carrocerias; na Confecção de Artigos do Vestuário e na Metalurgia. Todas acima dos 30%.

No entanto, quando se compara julho de 2020 com julho de 2019, que foram meses com o mesmo número de dias úteis, se observa um crescimento mais amplo na produção estadual: Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos; Fabricação de Máquinas e Equipamentos; Fabricação de Produtos de Metal; Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico; Fabricação de Produtos Alimentícios e Fabricação de Produtos Têxteis.

INDÚSTRIA GERAL POR SUBSETOR

SUBSETOR	Varição (%) mensal - julho (Base: igual período do ano anterior)	Varição (%) acum. no ano (Base: igual período anterior)
Indústria de Transformação - BR	-3,6	-10,6
Indústria de Transformação - SC	-4,9	-13,4
Produtos alimentícios	2,4	2,5
Produtos têxteis	2	-12,8
Artigos do vestuário e acessórios	-32,3	-31
Produtos de madeira	-1,8	-9,1
Celulose, papel e produtos de papel	-7,2	-2,8
Produtos de borracha e de material plástico	4,8	-6,7
Produtos de minerais não-metálicos	-9,7	-21
Metalurgia	-9,8	-30,1
Produtos de metal, exceto máq. e equip.	8,1	-9,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	27,7	-7,3
Máquinas e equipamentos	20,4	-10,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-31,8	-34,3

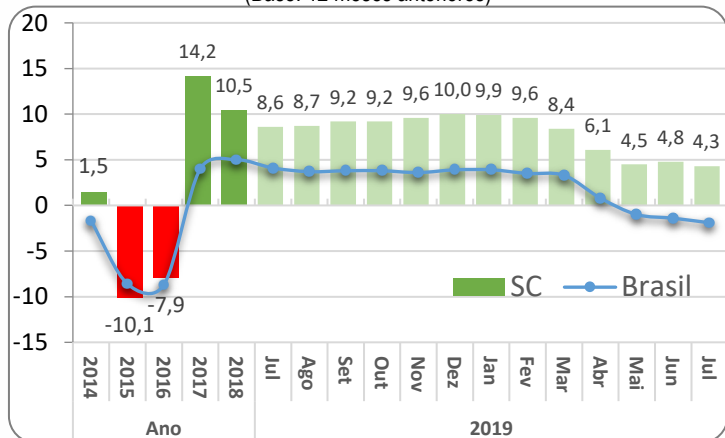
Fonte: IBGE/PIM

7.4. VOLUME E RECEITA NOMINAL DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO

VOLUME DE VENDAS

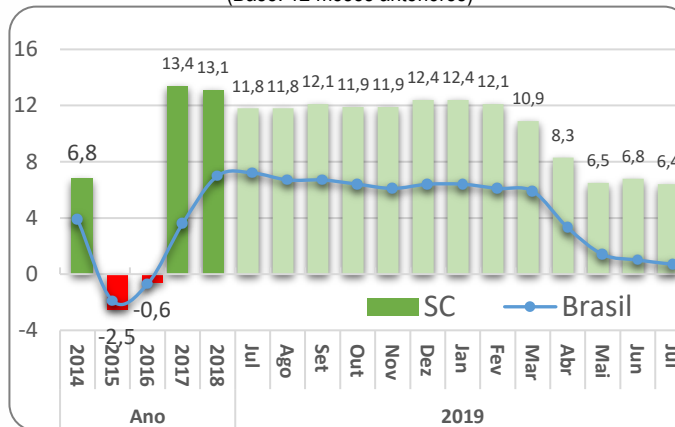
RECEITA NOMINAL DAS VENDAS

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: IBGE/PMC

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: IBGE/PMC

VOLUME DE VENDAS POR ATIVIDADE

Varição (%) mensal - julho (Base: igual mês do ano anterior)	ATIVIDADES	Varição (%) acum. no ano (Base: igual período anterior)
1,6	Comércio geral - BR	-6,2
7,4	Comércio geral - SC	-1,1
-12,4	Combustíveis e lubrificantes	-11,5
25,8	Hiper., superm., prod. aliment., beb. e fumo	14,1
-3,7	Tecidos, vestuário e calçados	-15,5
26,5	Móveis e eletrodomésticos	5,7
10,5	Art. farmac., med., de perf. e cosm.	6
-46,6	Livros, jornais, revistas e papelaria	-29,4
-42,3	Equip. e mat. para escrit., infor. e com.	-34,4
-7,1	Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-14,3
-6,5	Veículos, motocicletas, partes e peça	-12,2
24,4	Material de construção	2,7

Fonte: IBGE;PMC

COMÉRCIO CRESCE PELO TERCEIRO MÊS

O segmento do comércio varejista catarinense vem nesses últimos anos se destacando como um dos mais dinâmicos da economia. Tem ganhado participação no PIB estadual e também no comércio nacional.

As vendas do comércio ampliado catarinense, depois da retração de março e abril, tiveram crescimento pelo terceiro mês consecutivo. Em julho cresceu 3,5%; em junho, 5,7%, e, em maio, 23,8%, sempre na comparação com o mês anterior.

Com isso, o comércio estadual acumula uma retração de 1,1% no ano, enquanto o nacional retraiu 6,2%. Na perspectiva de 12 meses, cresce 4,3%, frente a uma retração de 1,9% do varejo nacional. Foi o comércio estadual que mais cresceu no Centro-Sul do País.

Quando observado os ramos comerciais no Estado, temos nesse acumulado do ano, quando comparado com 2019, um crescimento de 14,1% das vendas dos Super e Hipermercados, de 5,7% de Móveis e Eletrodomésticos, de 6% de Produtos Farmacêuticos, e de 2,7% de Materiais de Construção. Boa parte dos demais que estão retraindo se observa uma retração cada vez menor.

SERVIÇOS CRECEM ACIMA DA MÉDIA

Apesar do relaxamento das medidas de isolamento, o setor ainda demonstra um lento ritmo de retomada.

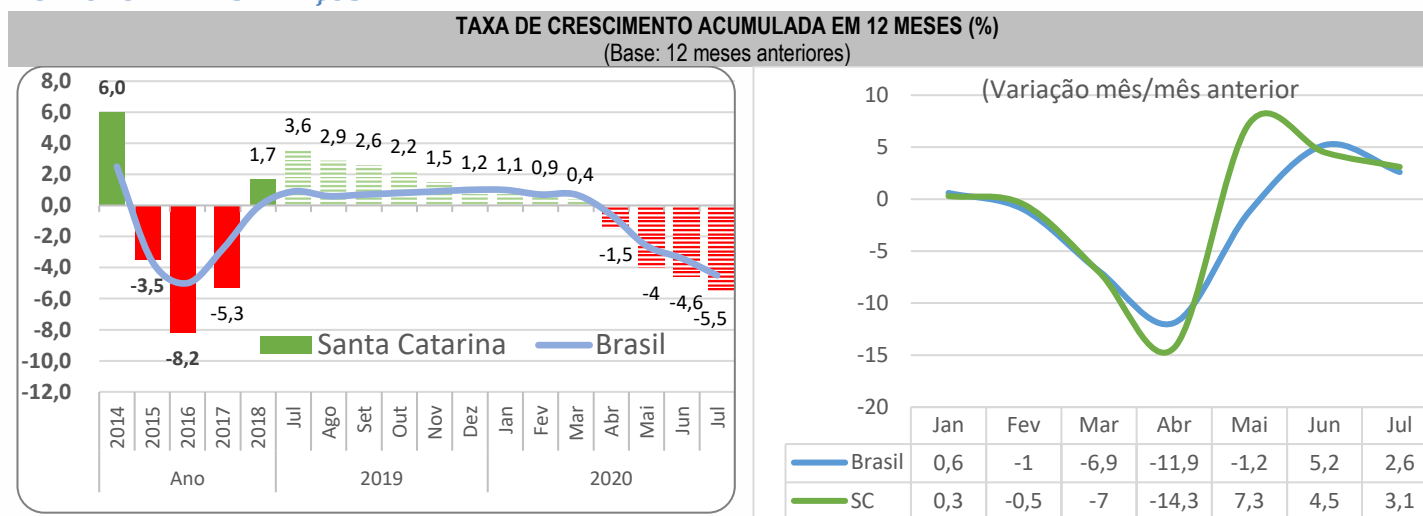
Em SC, pelo terceiro mês consecutivo, o volume de serviços cresceu. O segmento avançou 3,1% em julho frente a junho, mês em que já havia crescido 4,5%. Em maio a alta foi de 7,3%. Os meses de março e abril foram os mais críticos.

Com o resultado de julho, o volume de serviços no Estado reduz a retração acumulada no ano para 8,4%, enquanto cresce a retração nacional para 8,9%.

No acumulado do ano, o setor teve queda em todas as cinco atividades. Entre eles, os serviços prestados às famílias (-27,8%) exerceram a maior influência. Aí estão incluídas as receitas de restaurantes, hotéis, catering e serviços de bufê e atividades de condicionamento físico.

Outras pressões negativas vieram dos serviços de informação e comunicação e dos de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. Já, os serviços profissionais, administrativos e complementares que inclui os serviços prestados as empresas, tiveram avanço expressivo e reduziram o impacto no índice geral.

7.5. VOLUME DE SERVIÇOS



TAXA DE CRESCIMENTO DO VOLUME DE SERVIÇOS, SEGUNDO AS ATIVIDADES

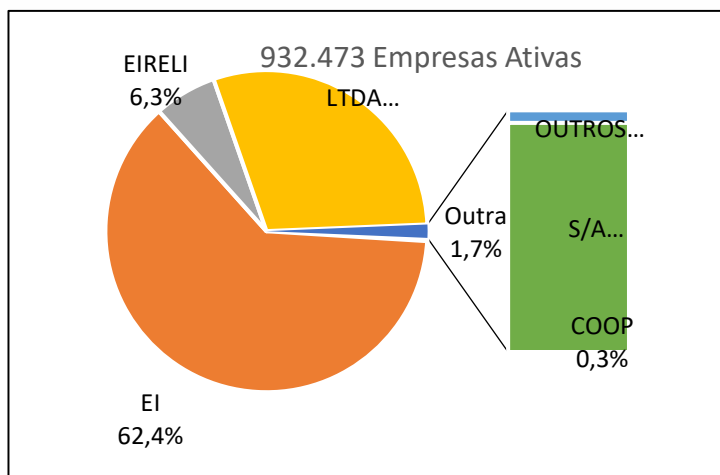
(Base: 12 meses anteriores)

Setor e Atividade (PMS- IBGE)	Var. (%) mensal julho (Base: mesmo mês do ano anterior)	Var.(%) acum. no ano - até julho (Base: igual período do ano anterior)
Volume Total - BR	-11,9	-8,9
Volume Total - SC	-7,4	-8,4
Serviços prestados às famílias	-44	-27,8
Serviços de informação e comunicação	-10,1	-9,2
Serv. Profiss., administr. e complementares	14,9	-1,6
Transportes, serv. auxil. aos transportes e correios	-2,7	-5,8
Outros serviços	-6,1	-0,6

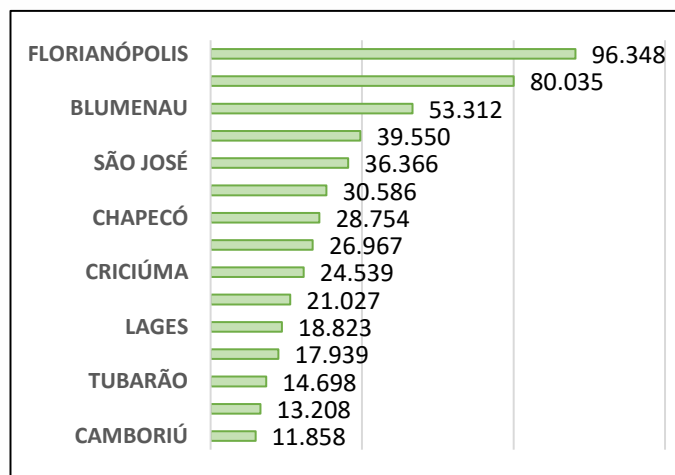
Fonte: IBGE/PMS

7.6. EMPRESAS ATIVAS, CONSTITUÍDAS E BAIXADAS EM SANTA CATARINA

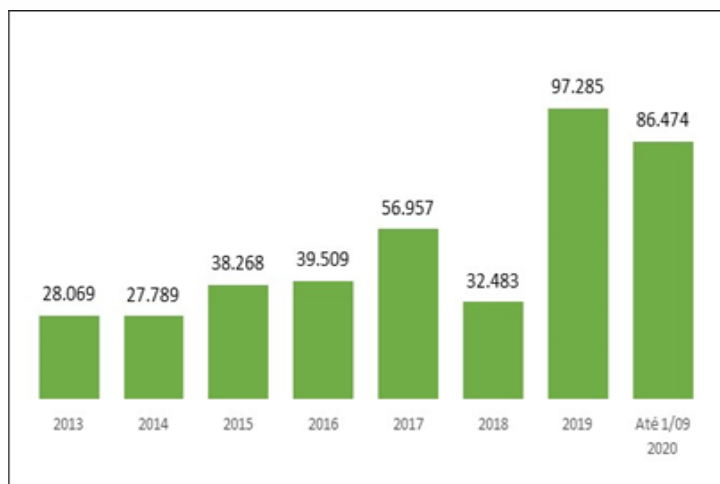
TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS POR NATUREZA



TOTAL DE EMPRESAS ATIVAS POR MUNICÍPIO



SALDO ENTRE EMPRESAS CONSTITUIDAS E EXTINTAS



Fonte: JUCESC (Resultados até 1 de Outubro)

EMPRESAS CONSTITUIDAS EM 2020 POR SETOR

Setor	Qtde
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	30.091
Indústrias de transformação	13.911
Construção	12.530
Alojamento e Alimentação	11.180
Outras atividades de serviços	9.722
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8.767
Transporte, armazenagem e correio	8.581
Atividades administrativas e serviços complementares	7.735
Educação	4.179
Informação e comunicação	2.982
Saúde humana e serviços sociais	2.359
Serviços domésticos	2.152
Atividades imobiliárias	1.362
Outras	2.922
TOTAL	118.473

EMPRESAS ATIVAS

O número de empresas ativas em SC até o dia 1/10/20 era de 932.473. Desse total, 62,4% referem-se a empreendedores individuais (EI), enquanto 6,3% refere-se a empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI). As empresas de sociedade limitada representam outros 29,7%. Somados, essas categorias representam 98,4% das empresas do estado.

DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIO

Florianópolis lidera o empreendedorismo em Santa Catarina. Do total de empresas ativas no Estado, 55% estão registradas nos quinze municípios destacados no gráfico.

EMPRESAS CONSTITUIDAS

O saldo entre empresas constituídas e baixadas pela Junta Comercial de SC vem subindo a cada ano. Em 2019 o saldo foi o maior da série iniciada em 2013. O saldo atípico de 2018 deve-se ao grande número de extinções por força de lei. Em 2020 o saldo até 1 de outubro era de 86,4 mil novas empresas.

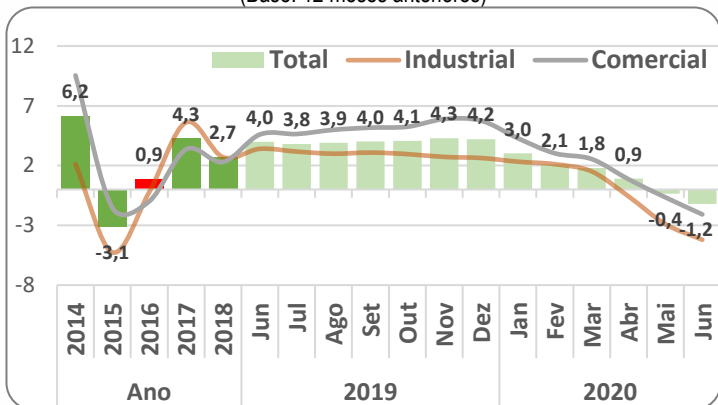
POR SETOR

Do total de empresas que foram constituídas em 2020, o setor do comércio lidera entre os demais. A indústria de transformação, a construção civil, alojamento e alimentação e outras atividades de serviços seguem como os mais atrativos.

7. VENDAS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, CIMENTO, VEÍCULOS E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA ELÉTRICA

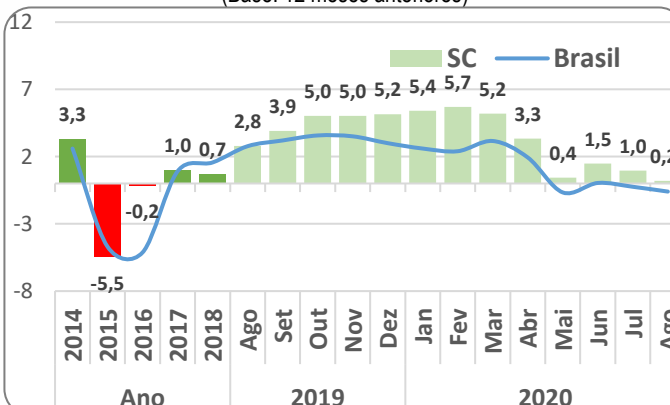
TAXA DE CRESCIMENTO DO CONSUMO ACUMULADA EM 12 MESES - SC (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: CELESC

ÓLEO DIESEL

TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS ACUMULADA EM 12 MESES - SC (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: ANP

ENERGIA ELÉTRICA

O consumo total de energia elétrica caiu por quatro meses consecutivos em SC. Em junho, a queda foi 3,7% e no ano acumulou queda de 4,9%, na comparação com os respectivos períodos anteriores. No semestre, o consumo residencial cresceu 0,8%, o industrial caiu 9,2% e o comercial, -7,7%.

ÓLEO DIESEL

As vendas de óleo diesel no Estado foram bastante impactadas com a forte retração da atividade econômica provocada pela pandemia. Em agosto cresceram pelo segundo mês consecutivo, mas são 4% menores que no mesmo mês de 2019 e no ano acumulam queda de 2,7%.

VEÍCULOS

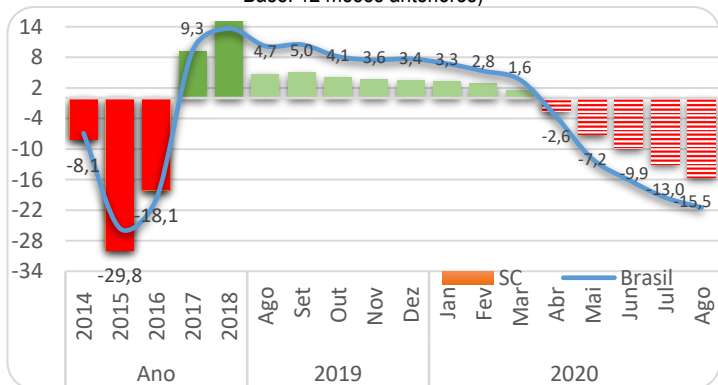
Segundo, a FENABRAVE-SC, apesar das vendas totais de agosto terem sido menores do que as de julho, as médias diárias de vendas de agosto foram 7,1% maiores. Isto ocorre porque julho teve 23 dias úteis e agosto 21. Também há modelos de veículos e máquinas agrícolas em falta devido a problemas na cadeia de suprimentos de peças devido a pandemia.

CIMENTO

De acordo com a SNIC, as vendas de cimento em agosto seguiram em curva ascendente iniciada em maio, em linha com as previsões mais recentes do setor. A autoconstrução e a plena retomada das obras do setor imobiliário continuam sendo as principais razões para a manutenção do bom desempenho.

EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS NOVOS

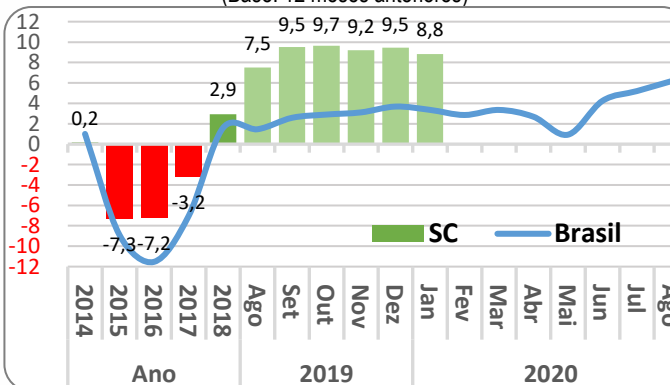
TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS ACUMULADA EM 12 MESES - SC (%)
Base: 12 meses anteriores)



Fonte: FENABRAVE/SC

CONSUMO APARENTE DE CIMENTO

TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS ACUMULADA EM 12 MESES - SC (%)
(Base: 12 meses anteriores)



Fonte: SNIC

EMPREGO: SC É O TERCEIRO EM CONTRATAÇÕES

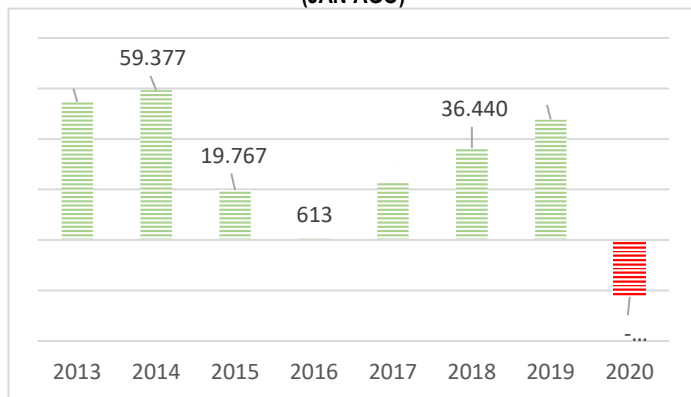
Agosto foi o terceiro mês consecutivo de contratações em SC e também o de maior saldo de novos postos gerados no pós pandemia. Foram 18.375 postos gerados, superando as contrações de junho e julho. O saldo também foi o terceiro maior do País, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais.

A indústria de transformação foi o segmento que mais contratou no mês (+11.114), mas o grande destaque de agosto foi a retomada mais consistente e disseminada do setor de serviços. Nesse setor o maior crescimento foi em atividades administrativas e serviços complementares, mas também houve crescimento em atividades profissionais, científicas e técnicas, em informação e comunicação, em atividades financeiras e em imobiliárias. O comércio segue contratando com a abertura de 2.048 novos postos. Mas os serviços de alojamento e alimentação (-1621) e a administração pública (-397), ainda estão demitindo.

A construção civil também segue trajetória de recuperação, com outros 1.295 novos postos.

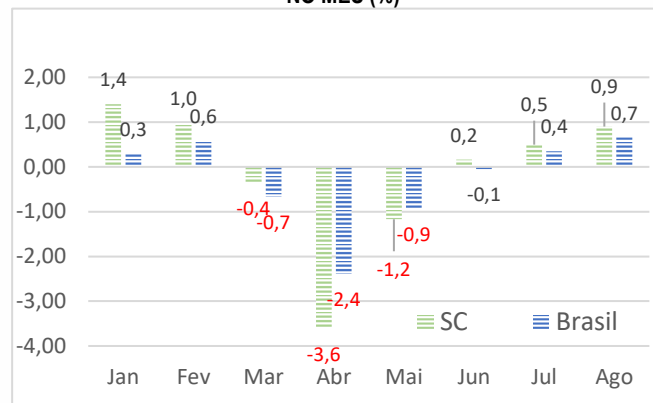
7.8. MERCADO DE TRABALHO

SC: SALDO DE EMPREGOS FORMAIS NO ACUMULADO DO ANO (JAN-AGO)



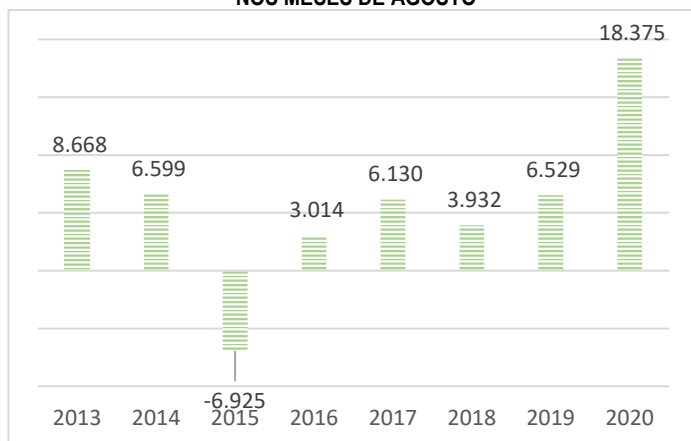
Fonte: MTE/CAGED

EVOLUÇÃO DO SALDO DE EMPREGO FORMAL NO MÊS (%)



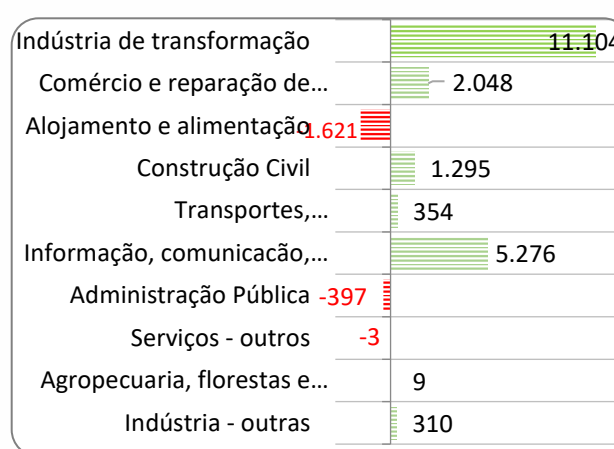
Fonte: MTE/CAGED

SC: SALDO DE EMPREGOS FORMAIS NOS MESES DE AGOSTO



Fonte: MTE/CAGED

SC: SALDO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR EM AGOSTO

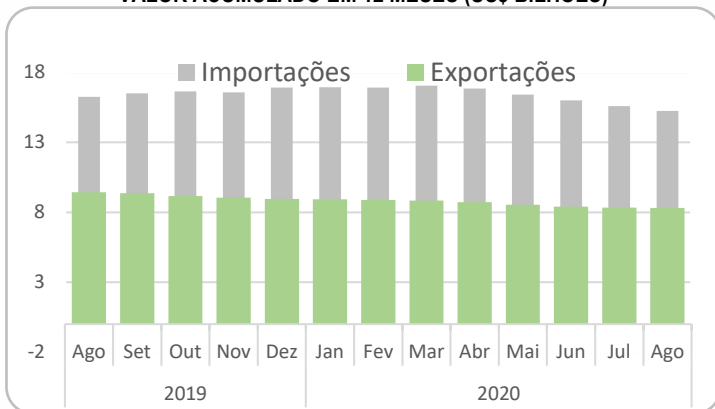


Fonte: MTE/CAGED

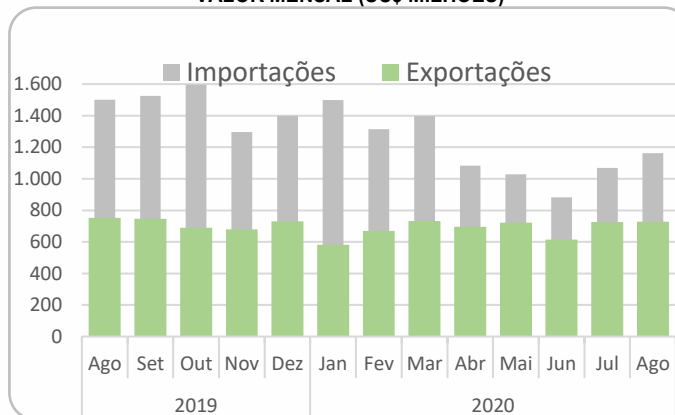
7.9. COMÉRCIO EXTERIOR

BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA

VALOR ACUMULADO EM 12 MESES (US\$ BILHÕES)

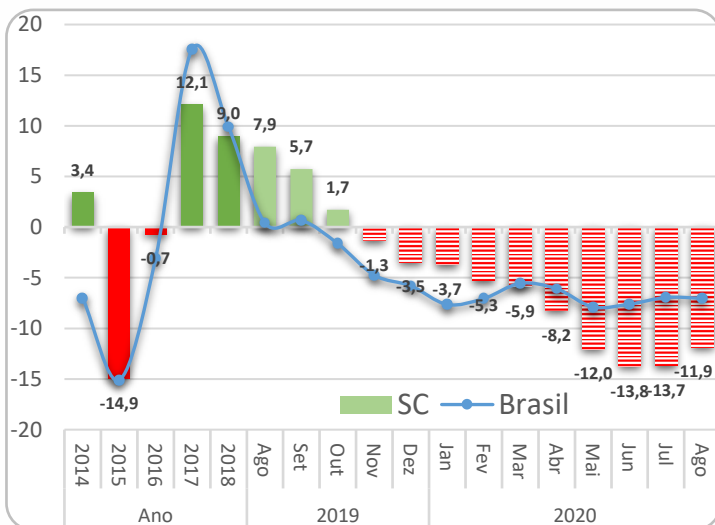


VALOR MENSAL (US\$ MILHÕES)



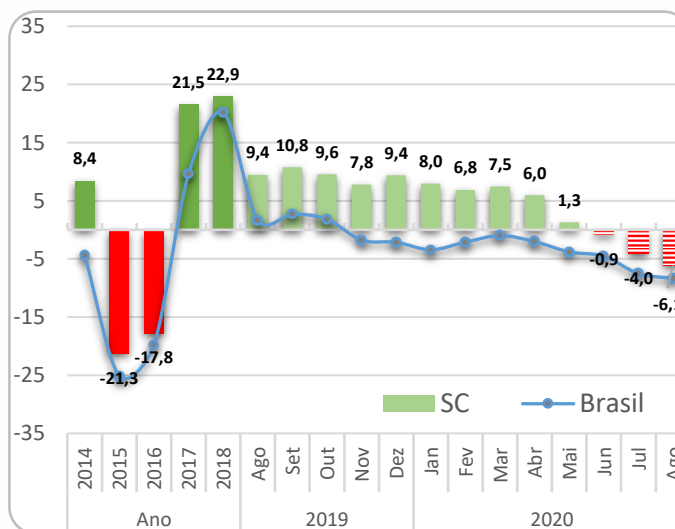
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA DE 12 MESES (BASE 12 MESES ANTERIOR)

EXPORTAÇÕES



Fonte: MDIC

IMPORTAÇÕES



(Fonte: MDIC)

CARNES SUÍNAS E CHINA SEGUEM GANHANDO PARTICIPAÇÃO

As exportações catarinenses tiveram crescimento por dois meses consecutivos. Cresceram 18% em julho e outros 0,3% em agosto. Com isso, a retração no ano caiu para 10,4%. Na perspectiva de 12 meses também se observa uma retração em queda.

O valor das importações via portos catarinenses também estão em recuperação. Cresceu 21,1% em julho e outros 8,9% em agosto. Mas amplia a queda acumulada no ano para 15%, já que houve forte queda nos meses de fevereiro e entre abril e junho. Na perspectiva de 12 meses, retraiu 6,1%.

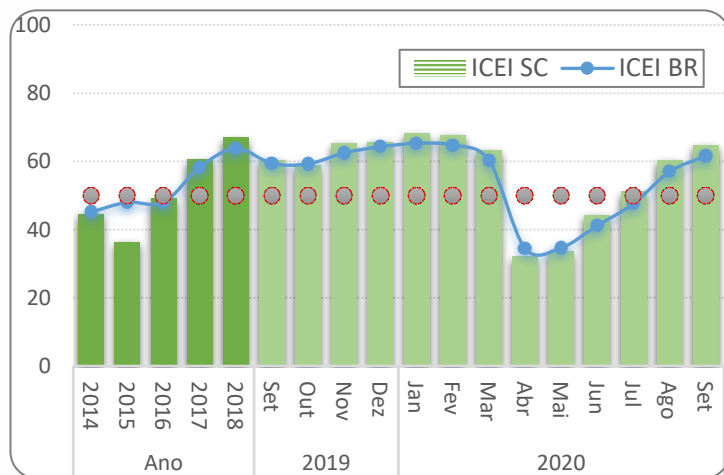
Entre os dez maiores produtos da pauta estadual que representaram 58,7% do total exportado no ano, apenas três tiveram crescimento: as vendas de carnes suínas (+42,7%), de soja (+36,4%) e portas e caixilhos (+19,4%).

As carnes de aves ainda lideram com 13,4% do total exportado pelo Estado, mas muito próximo da participação das carnes suínas, de 13,2%. No mesmo período de 2019, as carnes de aves lideravam com 17,4% de participação, enquanto as suínas participavam com 8,3%.

A China ganha liderança ultrapassando os EUA como o principal parceiro comercial do Estado, com 23,8% do total exportado no ano. Para os EUA foram embargados 15,9% do total. Argentina, Japão e México seguem na lista.

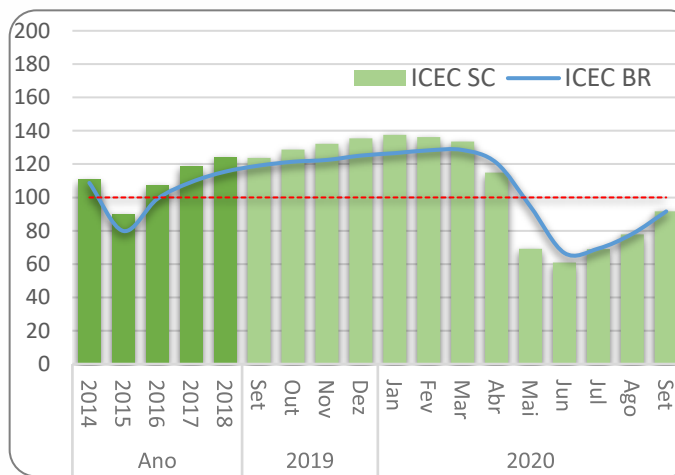
7.10. ÍNDICE DE CONFIANÇA

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL - ICEI (1)



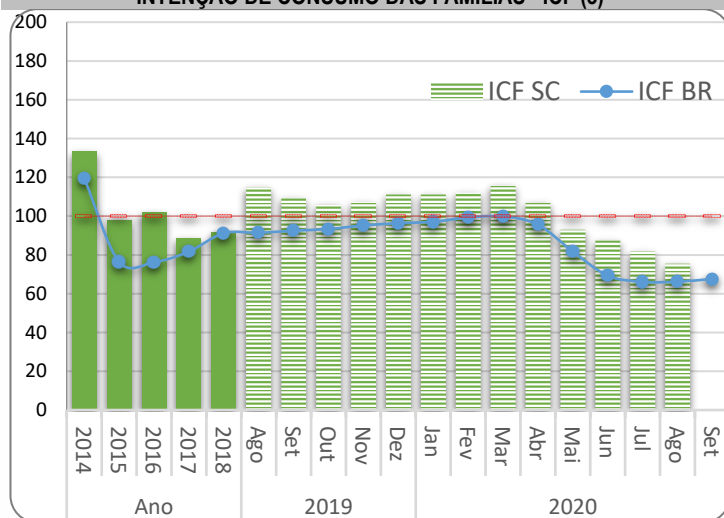
Fonte: FIESC e CNI

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO - ICEC (2)



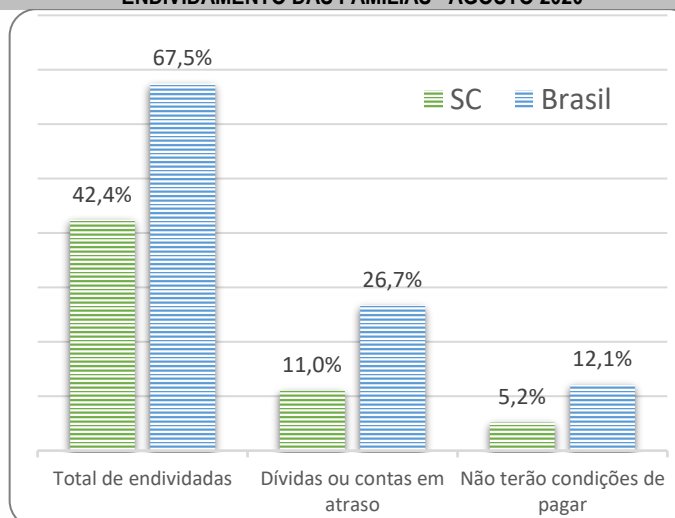
Fonte: Fecomércio SC e CNC

INTENÇÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS - ICF (3)



Fonte: Fecomércio

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS - AGOSTO 2020



Fonte: Fecomércio

INDUSTRIA: CONFIANÇA RECUPERADA

Segundo a Fiesc, o ICEI-SC registrou a quinta melhora consecutiva em setembro, se aproximando dos patamares de janeiro-fevereiro. Desde julho, o índice já demonstra otimismo. O ICEI-SC da construção civil sinalizou confiança pela primeira vez desde o início da pandemia.

COMERCIO: EMPRESÁRIOS MAIS CONFIANTE

A melhora nas condições da economia e da capacidade de investimento, fez com que o ICEC, tanto em SC como no Brasil, tivesse melhora em setembro pelo terceiro mês consecutivo e já se aproxima do limiar otimista.

INTENÇÃO DE CONSUMO

A intenção de consumo das famílias brasileiras teve melhora pelo segundo mês consecutivo, sendo que em setembro o avanço foi mais expressivo. Segundo a CNC, a percepção é de que o momento atual permanece incerto e exige cautela das famílias, mas a flexibilização está ajudando na recuperação do consumo.

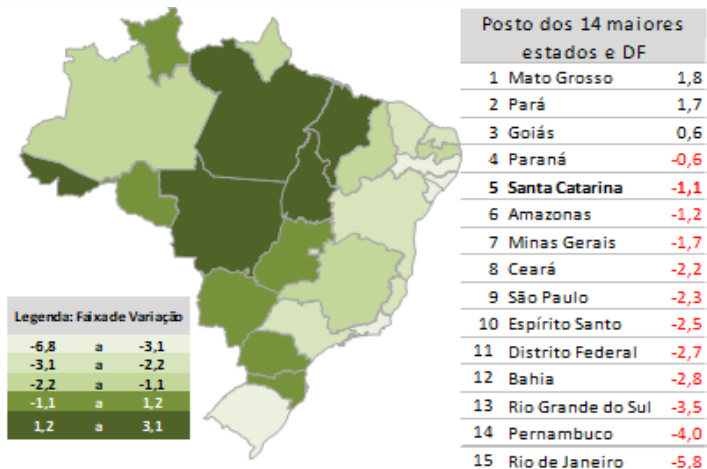
ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

O perfil das dívidas dos catarinenses está em patamares historicamente baixos. Desde o início da pandemia, as famílias catarinenses adotaram a precaução, liquidando dívidas e reduzindo o consumo, ao contrário do que se observou em nível nacional, onde houve crescimento recorde do endividamento e da inadimplência.

7.11. DESEMPENHO DOS ESTADOS

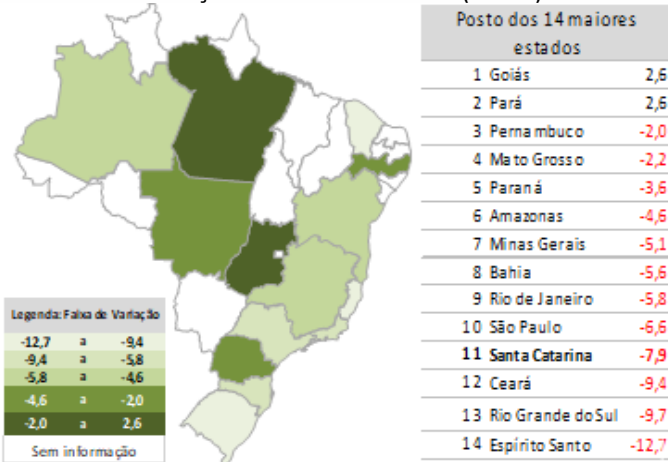
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES (%) (BASE: 12 MESES ANTERIORES)

EMPREGO FORMAL (AGOSTO) – % ACUMULADO NO ANO



Fonte: CAGED

PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA (JULHO)



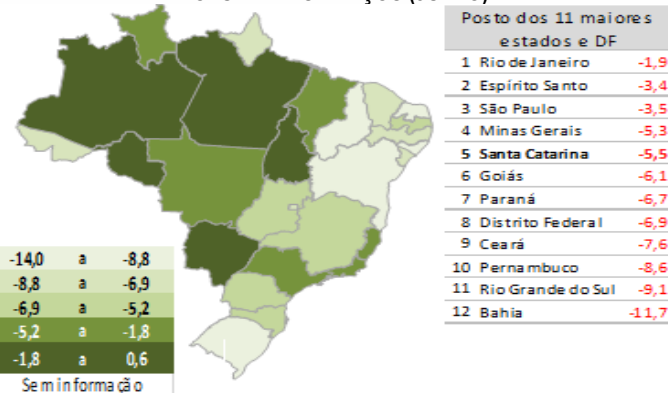
Fonte: IBGE/PIM

VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (JULHO)



Fonte: IBGE/PMC

VOLUME DE SERVIÇOS (JULHO)



Fonte: IBGE/PMS

EMPREGO: TERCEIRO MAIOR SALDO

Agosto foi o terceiro mês consecutivo de contratações em SC. Foram 18.375 postos gerados, superando as contrações de junho e julho. O saldo também foi o terceiro maior do País, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. Já a taxa de crescimento no acumulado do ano é a quinta maior entre os 14 maiores estados e o DF.

INDÚSTRIA: CRESCIMENTO, MAS AINDA DISTANTE DO PRÉ-CRISE

Apesar de registrar em julho o quinto maior crescimento entre os 15 estados pesquisados, no comparativo de 12 meses, SC perdeu um posto e é agora o 11º no ranking do desempenho da produção industrial.

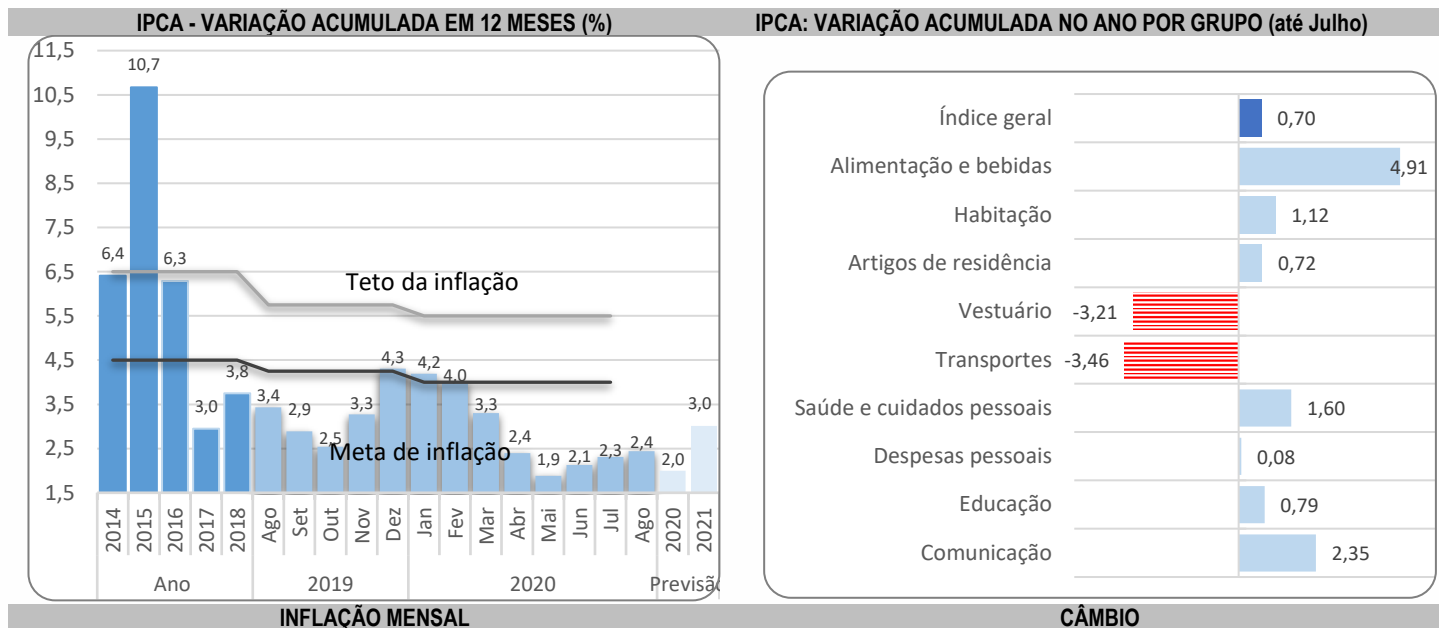
COMÉRCIO: ESTADO LIDERA

Na perspectiva de 12 meses, até julho, o comércio estadual cresceu 4,3%, frente a uma retração de 1,9% do varejo nacional. Foi o comércio estadual que mais cresceu entre os maiores estados e o DF.

SERVIÇOS: SC LIDERA NO SUL

Ainda que tenha ampliado a retração do setor de serviços na perspectiva de 12 meses, que passou de 4,6% em junho para 5,5% em julho, SC manteve o posto de quinta melhor performance entre os maiores estados brasileiros, e a melhor do sul do País.

8. OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS - INFLAÇÃO E TAXA DE CÂMBIO



ALIMENTOS PRESSIONAM INFLAÇÃO

A inflação de agosto foi a mais alta para o mês desde 2016, embora o índice (0,24%) tenha desacelerado em relação a julho (0,36%). Pesaram, principalmente, a gasolina, que subiu pelo terceiro mês seguido, e os alimentos, que depois de certa estabilidade em julho, voltaram a subir.

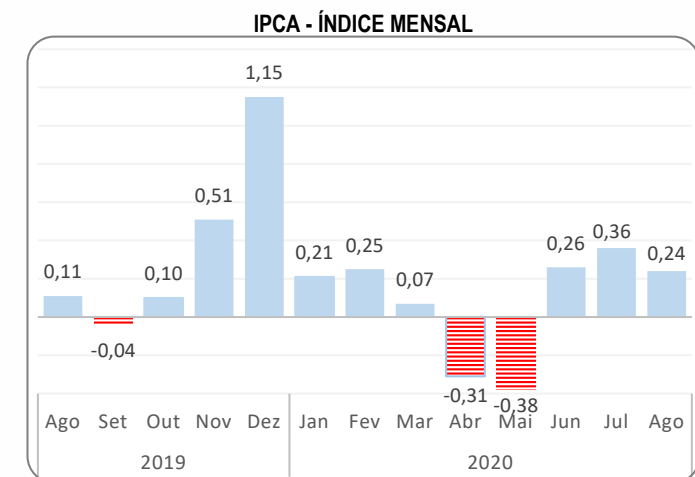
No ano, o indicador acumula alta de 0,70% e, em 12 meses, de 2,44%.

Além da alta no preço da gasolina (3,22%), a segunda maior contribuição para a alta do mês veio do grupo Alimentação e bebidas (0,78%).

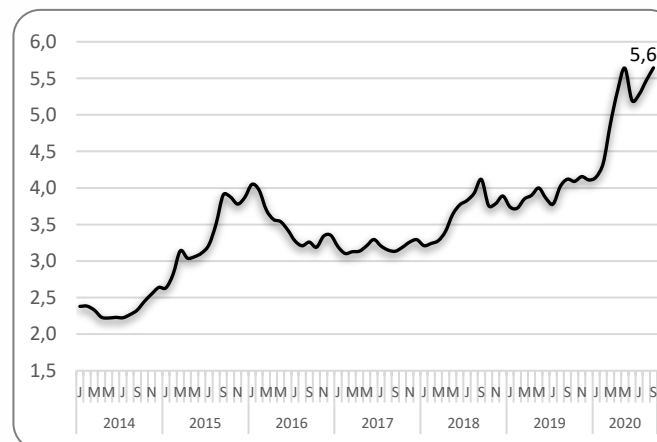
Os alimentos para consumo no domicílio tiveram alta de 1,15%. Os principais itens que influenciaram essa elevação foram o tomate (12,98%), o óleo de soja (9,48%), o leite longa vida (4,84%), as frutas (3,37%) e as carnes (3,33%). O arroz teve alta de 3,08% e acumula 19,25% no ano e o feijão, dependendo do tipo e da região, já teve alta acima dos 30%.

CÂMBIO: PANDEMIA PRESSIONA O REAL

O ambiente externo segue influenciando em grande medida a recente depreciação do Real. O Dólar tem se apreciado em todo o mundo por força de um movimento de aversão ao risco, diante do impacto da pandemia sob a atividade econômica global. No entanto, o ambiente político interno também tem influenciado esse movimento.



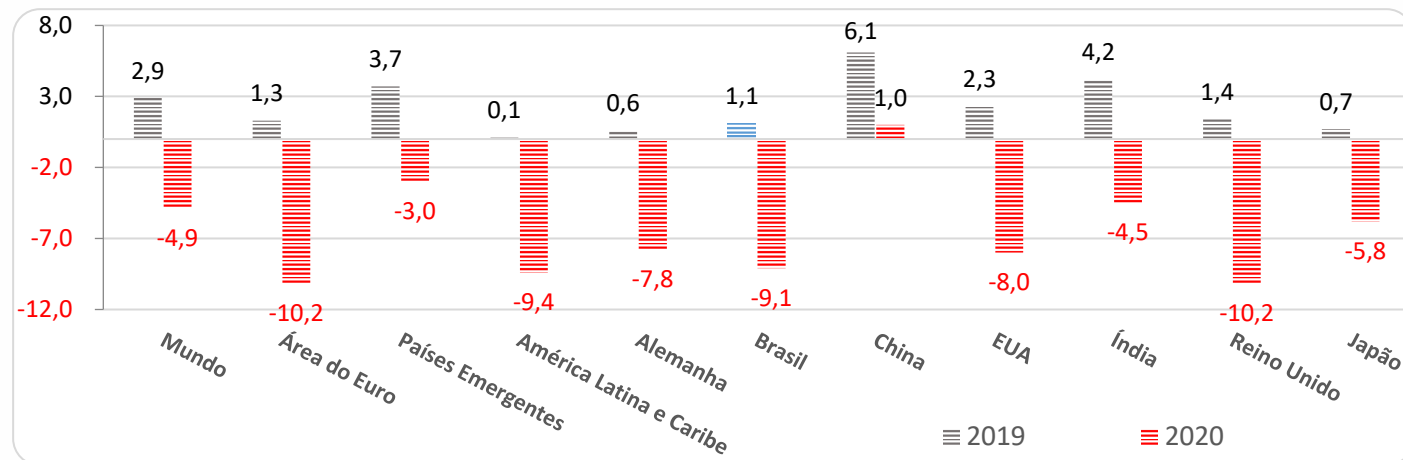
Fonte: IBGE



Fonte: Bacen

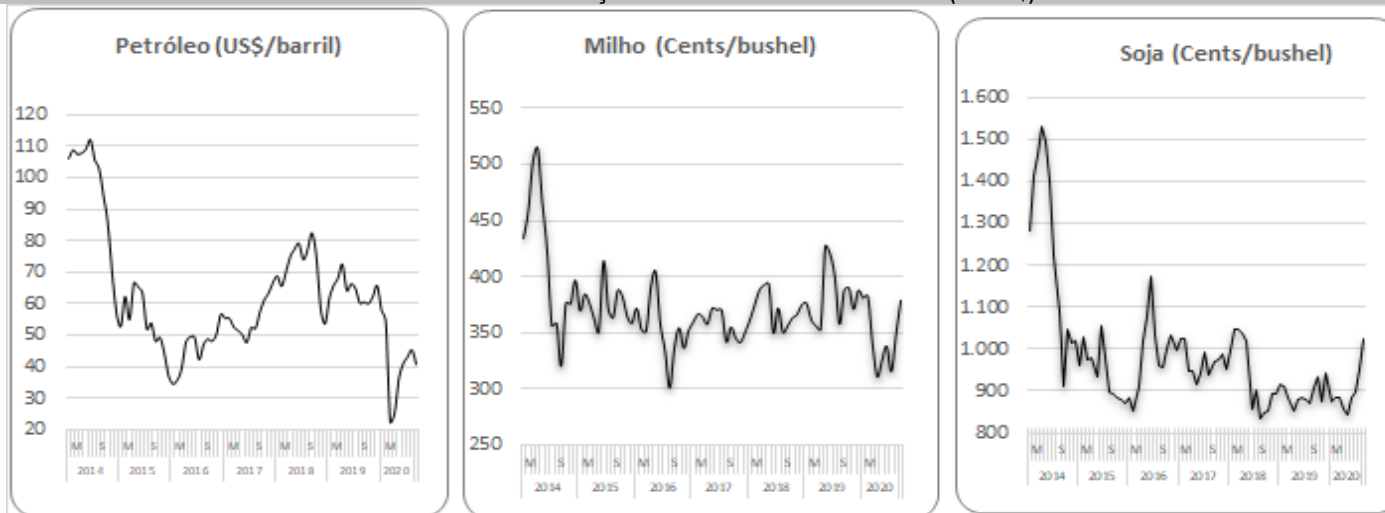
9. ECONOMIA INTERNACIONAL

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: FMI - World Economic Outlook Database (Junho//2020)

COMMODITIES - PREÇOS NOMERCADO INTERNACIONAL (EM US\$)



Fonte: Bloomberg/Investing.com -30/SETEMBRO/2020

FMI: “UMA CRISE COMO NENHUMA OUTRA, UMA RECUPERAÇÃO INCERTA”

O FMI em seu relatório sobre as Perspectivas Econômicas Mundiais de junho rebaixou as projeções do crescimento mundial para 2020 e 2021, mas considera um grau de incerteza elevado. E que a pandemia teve um efeito negativo sobre a economia maior do que o previsto em abril e que a recuperação será mais gradual. Os domicílios de baixa renda sofrerão o maior impacto, reduzindo os avanços no combate a pobreza extrema.

Segundo a instituição é fundamental uma forte cooperação multilateral e assegurar sistemas nacionais de saúde adequados.

Onde há confinamentos, medidas robustas e bem direcionadas devem dar suporte as famílias e empresas impactadas. Onde as economias estão reabrindo, o suporte deve ser gradualmente direcionado para estimular a demanda. Recomenda também a implementação dos compromissos de mitigação das mudanças climáticas.

Na América Latina, para as suas duas maiores economias, Brasil e México, projeta uma contração de 9,1% e 10,5%, respectivamente, em 2020.

COMMODITIES

O ambiente externo segue influenciando em grande medida a recente depreciação do Real. O Dólar tem se apreciado em todo o mundo por força de um movimento de aversão ao risco, diante do impacto da pandemia sob a atividade econômica global. No entanto, o ambiente político interno também tem influenciado esse movimento.

